



Anais da Assembleia

Nº 129

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 036/91

DATA: 03.10.91

SÚMULA: Altera a redação do artigo 1º da Resolução nº 004/90, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Pinhais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 004/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito na área adiante descrita, no Município de Piraquara para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Pinhais.

Começa na confluência dos Rios Atuba e Iraí (antigo leito), sobe por esse Rio em direção a nordeste até encontrar o Rio Cangüiri na divisa do Município de Quatro Barras, contornando essa divisa pelo mesmo Rio em direção nordeste até a PR-410 (Estrada Graciosa), por esta direção à oeste segue até chegar ao Rio Atuba, a partir de onde segue por este ao sul, até a confluência com o rio Iraí, ponto de origem do traçado delimitatório.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO

Tem como ponto inicial o cruzamento da rodovia PR-415 ou rodovia João Leopoldo Jacomel com a estrada de ferro RFFSA, por esta até o limite leste dos loteamentos Bois De Boulogne e Vila Amélia até a Rua Marechal Floriano por esta até encontrar a Rua Humberto Alencar Castelo Branco pela qual segue em sentido sul, numa distância de 1.522 metros antes de chegar na rodovia PR-415 ou rodovia João Leopoldo Jacomel, deste ponto por uma linha seca de sentido oeste, alcança o Rio Palmital, pelo qual sobe até encontrar a Estrada, pela qual segue até encontrar o Rio Atuba, pelo referido Rio até alcançar o Rio Iguaçu, por este até encontrar o Rio Iraí, por este até o limite leste do loteamento Vila Maria Antonieta, pelo referido limite até a rodovia PR-415 ou rodovia João Leopoldo Jacomel e por esta até o cruzamento com a estrada de ferro RFFSA, ponto inicial".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em

vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 19 de Dezembro, em 03.10.91

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zamusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silverio, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mario Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Cesar Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian, Cleiton Kiesel, Doutor Rosinha, Tadeu Lúcio Machado e José Alves (05). Achando-se em licença o Senhor Deputado José Afonso Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 06/91

Senhor Presidente.

Através do presente, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicito a Vossa Excelência seus préstimos no sentido de encaminhar à Secretaria de Estado da Educação, a fim de que o Projeto de Lei nº 399/91 de autoria do Deputado Paulo Maia, seja analisado e expedido parecer sobre o mesmo. Em anexo encaminhamos cópia do projeto e do requerimento do relator.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) ALCEU SWAROWSKI.

PROJETO DE LEI Nº 399/91
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

SÚMULA: Dispensa estágio probatório

Art. 1º - Será dispensado do estágio probatório o professor da rede pública estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.91

(a) PAULO MAIA.

P A R E C E R

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 399/91

R E Q U E R I M E N T O:

Senhor Presidente.

Na qualidade de Relator do Projeto de Lei nº 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que objetiva dispensa do estágio probatório o professor da rede pública estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído, REQUEIRO que o mesmo seja transformado em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Educação a fim de que a mesma se pronuncie sobre o assunto.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em

(a) MARIO BEZERRA - Relator

JUSTIFICATIVA:

O estágio probatório é o período biennial em que a administração avalia a qualidade dos serviços prestados pelo servidor nomeado, após aprovação em concurso. Na medida em que o professor da rede pública estadual tenha já concluído seu "estágio probatório" em um primeiro padrão, ou seja, tenha já atestada a qualidade dos seus serviços cujas atribuições são idênticas, há de se dispensar o estágio probatório no segundo padrão. Este projeto não impõe

qualquer gasto para o Governo do Estado. Disposição idêntica existe, por exemplo, no estatuto do Magistério de Curitiba e constitui em avanço nas relações de trabalho dentro da administração.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Ao PROJETO DE LEI Nº 399/91 - Dispensa o estágio probatório na forma que especifica.

De autoria do ilustre Deputado Paulo Maia, o Projeto de Lei nº 399/91 propõe dispensar do estágio probatório o professor da rede pública estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído.

Em sua justificativa, argumenta o proponente que "Na medida em que o professor da rede pública estadual tenha já concluído seu "estágio probatório" em um primeiro padrão, ou seja, tenha já atestada a qualidade dos seus serviços cujas atribuições são idênticas, há de se dispensar o estágio probatório no segundo padrão".

Sob o aspecto jurídico, constitucional ou de técnica legislativa não vislumbramos óbice à sua aprovação, motivo pelo qual manifestamos nosso Parecer favorável à sua normal tramitação e apreciação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 24.09.91

(aa) JOSÉ COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO - Relator.

OFÍCIO Nº 06/91

Senhor Presidente.

Através do presente, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte solicito a Vossa Excelência os préstimos no sentido de encaminhar à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio para que esta Secretaria se pronuncie sobre a oportunidade, os efeitos e os benefícios que a proposta ensejará, o Projeto de Lei nº 280/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário e outros em anexo.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência, meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ALCEU SWAROWSKI

EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO.

O Deputado que a este subscreve, no exercício da prerrogativa que emana do art. 28, V, c.c. o art. 28, § 2º, do Regimento Interno, REQUER a V.Exa., que, após consultado o douto Plenário desta Comissão, seja o Projeto de Lei nº 280/91 remetido a Coordenação de Ensino Superior -

CES, da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, para que se pronuncie sobre a oportunidade, os efeitos e os benefícios que a proposta epigrafada ensejará, sendo instituídas à comunidade estudantil da Região Metropolitana de Curitiba.

P. e E. Deferimento.

Sala das Sessões, em 23.09.91.

(a) RENATO ADUR

PROJETO DE LEI N° 280/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

SÚMULA: Cria a Universidade Metropolitana de Curitiba e dá outras providências.

Art. 1° - Fica criada a Universidade Metropolitana de Curitiba, sob regime de autarquia.

Art. 2° - A Universidade Metropolitana de Curitiba será constituída pela dotação de recursos da Educação Superior, no Orçamento Geral do Estado, e se organizará progressivamente, em um programa de expansão gradual, aproveitando como sede as instalações do extinto Colégio Militar de Curitiba e outras que tenham espaço e ociosidade.

Art. 3° - A Universidade Metropolitana de Curitiba (UNIMEC) terá sua estrutura física diversificada em prédios estaduais existentes, com sede e reitoria na Capital do Paraná.

Art. 4° - Fica criada Comissão Organizativa e Constitutiva da UNIMEC, composta de 7 (sete) membros, sob coordenação de um representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 27.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 280/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, visa criar a Universidade Metropolitana de Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça, tendo como Relator o Deputado Durval Amaral, analisou a matéria, no tocante à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, não encontrou qualquer dispositivo que ferisse tais tópicos. Concluindo, então, a Comissão de Constituição e Justiça pelo Parecer FAVORÁVEL a aprovação do Projeto em questão.

Esta Comissão, chamada a opinar, conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa, posiciona-se FAVORAVELMENTE à aprovação da matéria, ressaltando que as dotações orçamentárias anuais da receita fi-

nanceira da mencionada Universidade deverão ser consignadas no Orçamento do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18/09/91.

(a) MÁRIO BEZERRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 280/91

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado GERALDO CARTÁRIO, visa o presente Projeto de Lei criar a Universidade Metropolitana de Curitiba.

Sob o aspecto constitucional, legal e de técnica legislativa, o presente Projeto não fere qualquer dispositivo, razão pela qual manifestamos nosso parecer FAVORÁVEL à apreciação do mesmo em Plenário.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, urgência ao Projeto de Lei n° 381/91, que regulamenta o Art. 17, inciso IV, da Constituição Estadual, atribuindo aos Municípios a competência de criar, organizar e suprimir distritos.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

Há aproximadamente dois anos, desde a promulgação da Constituição Estadual, e das Leis Orgânicas dos Municípios, está sendo aguardada a regulamentação proposta por este Projeto de Lei.

É grande o número de Municípios que pretendem concluir ou incrementar sua própria organização administrativa sem poder fazê-lo por falta de amparo legal.

Para viabilizar aos municípios paranaenses a agilização desse processo apresentamos, em nome dos Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, o presente pedido de urgência ao Projeto de Lei supracitado.

REQUERIMENTO N° 2619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, urgência ao Projeto de Lei n° 423/91, proposto pelos Deputados do Bloco Parlamentar Municipalista, que prorroga até o dia 1° de maio

de 1992, o prazo para criação de novos municípios.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

Esgotado o prazo para a possível prorrogação do mandato dos atuais prefeitos fica mantida a data de 03 de outubro de 1991 para realização das próximas eleições Municipais.

Em vista do grande número de processos em tramitação, que tratam da criação de novos municípios, faz-se necessário que seja dado tempo hábil às comunidades que pleiteiam sua independência político-administrativa para participarem do próximo pleito eleitoral, razão que nos leva a propor, em nome dos Deputados que integram o Bloco Parlamentar Municipalista, a urgência ao Projeto de Lei supracitado, prorrogando o prazo para criação de novos Municípios, em conformidade com a Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991.

REQUERIMENTO Nº 2620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para a Mensagem nº 81/91, de autoria do Poder Executivo, que solicita autorização para afastamento do País pelo Senhor Governador do Estado, nos dias 19 e 20 de outubro próximos com destino ao Paraguai, para fins que especifica.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 08/91 (Mensagem nº 81/91), de autoria do Poder Executivo, que solicita autorização para afastamento do País pelo Senhor Governador do Estado, sempre que se fizer necessário, no interesse da administração até 31.12.94, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, países que, com o Brasil, integram o mercado comum do Sul.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o

Curitiba, terça, em 08.10.91

Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 440/91 (Mensagem nº 78/91, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa despesas do orçamento geral do Estado para o exercício de 1992.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 182, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 441/91, (Mensagem nº 79/91, de autoria do Poder Executivo, que encaminha o plano plurianual relativo ao período de 1992/95.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2644

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 312/91, que regulamenta o artigo 205 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

Apoio: Algaci Túlio

REQUERIMENTO Nº 2617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2609

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Sessão, um voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Engenheiro Abílio Ribeiro, ocorrido nesta madrugada.

Abílio Ribeiro, ex-Diretor do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, ex-Presidente do Diretório Metropolitano do antigo Partido Social Democrático, foi candidato a Prefeito de Curitiba e exerceu destacada influência na vida política paranaense; além de ter sido um cidadão de

...tinha, terça, em 08.10.91

bem, com um relacionamento humano positivo mercê de suas qualidades pessoais de simpatia e camaradagem.

Seu passamento enlutou nossa comunidade, motivo porque pleiteamos que a Assembléia sinalize, com este voto de pesar, a perda que todos sentimos quando desaparece de nosso convívio a figura de Abílio Ribeiro.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro Abílio Ribeiro, ocorrido dia 08.10.91, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 06 de outubro nesta Capital, o engenheiro Abílio Ribeiro, com a idade de 72 anos.

O extinto deixa viúva Dona Heloina, 02 filhos e 2 netos.

O passamento do Eng° Abílio Ribeiro, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

Na vida pública, Abílio Ribeiro exerceu várias atividades como: Chefe da Casa Civil, Diretor do DETRAN, Diretor da COHAPAR, diretor do Departamento de Água e Esgotos, Diretor da Caixa de Habitação Popular, Diretor do Banco do Estado do Paraná. Como esportista atuante foi Presidente do Clube Atlético Paranaense, conquistando o campeonato Paranaense no ano de 1.958.

Também marcou sua passagem pela sua intensa vida social tendo sido Diretor do Clube Curitibano.

Na vida acadêmica Abílio esteve sempre envolvido nas lides estudantis, comandando os Chás da Engenharia, famosos na época.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Abílio.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ribeiro endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro Abílio Ribeiro, ex-Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) GERALDO CARTARIO.

JUSTIFICATIVA:

Abílio Ribeiro, que era uma das mais conhecidas e estimadas figuras do mundo político paranaense, faleceu neste último domingo, à noite, vítima de mal súbito.

Foi elemento de destaque nos governos de Moysés Lupion, Paulo Pimentel e Jayme Canet Júnior, prestando relevantes serviços ao Estado como assessor desses governadores.

O extinto também foi diretor do DETRAN do Paraná e, ainda, renomado desportista, tendo sido, na década de 1950, presidente do Clube Atlético Paranaense.

A classe política perde um dos seus nomes mais prestigiados.

REQUERIMENTO N° 2612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Dr. ABÍLIO RIBEIRO, ocorrido nesta Capital no dia 06 de outubro do corrente ano.

Da decisão da Casa, pede-se seja dada ciência à família enlutada à Rua Lourenço Pinto, n. 189 - Ap. 202, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Membro de tradicional família paranaense, o Senhor Abílio Ribeiro foi um baluarte do extinto PSD no Paraná, onde entre muitas funções públicas de destaque, como Secretário de Estado e Presidente do BANESTADO, destacou-se também no campo dos esportes onde foi Presidente do Clube Atlético Paranaense.

Seu passamento deixa nos meios políticos e esportista um vazio difícil de ser preenchido, e no seu vasto círculo de amizade e entre seus familiares uma lacuna que só a saudade preencherá; mas pedimos ao ser Supremo que seja concedido a todos os que com ele conviveram a graça de abrandar e confortar nesta hora tão difícil.

REQUERIMENTO N° 2613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Senhor PÉRICLES PACHECO DA SILVA, ocorrido nesta capital no dia 06 de outubro do corrente ano.

Da decisão da Casa, pede-se seja dado ciência à família enlutada à Rua Dr. Faivre, n. 616 - Ap. 192, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Membro de tradicional família paranaense, político da velha estirpe, foi o 1º Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, no ano de 1964. Sendo um Prefeito sempre voltado aos interesses de seu Município e de sua população, granjeou inúmeras amizades, o que o levou a ser eleito Deputado Estadual em 1982, cargo que exerceu com brilhantismo. Tendo participado de diversas Comissões desta Casa, onde deixa inúmeros amigos.

Seu passamento deixa para sua família e para os que tiveram o privilégio de com ele conviver uma lacuna difícil de ser preenchida.

REQUERIMENTO N° 2614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor JOSÉ MOREIRA CHEMURE, ocorrido no dia 04 de outubro do corrente ano, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões em 08.10.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Moreira Chemure, natural de Paranaguá, comerciante estabelecido há mais de 30 anos, pecuarista, sendo um dos homens que mais lutou para conseguir junto às autoridades competentes, melhorias para as Colônias de Paranaguá, e recentemente fez a doação à Prefeitura de Paranaguá, para o funcionamento de um Parque dos Bichos.

REQUERIMENTO N° 2615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do tenente Benedito Alves da Silva, ocorrido na Cidade de Castro, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2616

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 08.10.91

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ITHOR NICOLAU BAKAI, ocorrido na Cidade de Castro, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2646

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Sessão, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual do Partido da Frente Liberal PÉRICLES PACHECO DA SILVA, ocorrida no dia 06 de outubro último, em Curitiba.

O extinto nasceu em Curitiba, em 03 de junho de 1918, era casado com a Senhora Ivone Pacheco da Silva e deixa 1 filha.

Foi eleito 1º Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, em 1964. Em 1982 elegeu-se Deputado Estadual pelo PDS e, em 1986, ficou entre os primeiros suplentes do PFL.

Formado em Administração de Empresas, trabalhou durante mais de 42 anos nas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A. Aposentou-se em 1989 como Diretor Adjunto.

Durante seu mandato como Deputado Estadual integrou as Comissões de Segurança Pública, Ecologia e Meio Ambiente e de Indústria e Comércio como Presidente.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(aa) Nelson Garcia, Duílio Genari, Costenaro Neto, João Arruda, Basílio Zanusso, Luiz Antônio Setti, Plauto Miró Guimarães e Élio Rusch.

REQUERIMENTO N° 2648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a convocação do Senhor Secretário de Fazenda Eron Arzua, para que compareça a esta Assembleia Legislativa, a fim de que o mesmo, em Sessão Plenária preste esclarecimentos sobre a real situação econômico-financeira do Banco do Estado do Paraná S/A.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) ROSSONI.

Apoiamto: Ademar Traiano, Rafael Greca de Macedo, Mário Bezerra, Emília Belinati, Albino Corazza, Ernani Pudell, Dalton Machuca, Heinz Herwig, Lourenço Fregonese e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 2638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a consigna-ção em Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos aos Excelentíssimos Senhores Governador Roberto Requião e Doutor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Governador e ao Sr. Secretário.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O sucesso da 22.^a Exposição Internacional de Animais e Produtos Derivados - (EXPOTIBA), é um fato internacionalmente reconhecido, tanto pelos meios de comunicação que fizeram a cobertura jornalística quanto pelas entidades empresariais participantes.

Mais do que uma exposição foi um ponto de negócios, centro de decisões que coloca em relevo não somente a agropecuária paranaense, mas também a capacidade de nossos empresários do setor e a visão de seus organizadores, entre os quais se destaca a figura do Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Doutor Osmar Dias.

O volume de comercialização em cruzeiros superou de largo às mais otimistas expectativas, mas isso é apenas um dado importante, sem dúvida mas a ele devem ser acrescidos outros dividendos.

A 22.^a EXPOTIBA, representou o estímulo e o incremento não apenas à pecuária bovina, mas ainda aos segmentos mais diversificados, como por exemplo, a caprinocultura e a bubalinocultura, até a cunicultura, a apicultura, suinocultura, hortifruticultura e olericultura.

A 22.^a EXPOTIBA foi o grande centro de decisões e dos debates, haja vista a presença permanente do governo, sendo que do debate ficou colocado com clareza a posição do Paraná sobre a produção, crédito, comercialização e outros itens da mais alta importância para a agropecuária paranaense.

Em suma, toda a repercussão positiva, que neste espaço seria impossível detalhar, serve para demonstrar o dinamismo e o trabalho do Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Osmar Dias, pois o sucesso da EXPOTIBA é o resultado da organização e do apoio às classes produtoras que responderam à altura.

O Secretário Osmar Dias, deu à EXPOTIBA a sua justa envergadura, assim como vem promovendo a agropecuária paranaense, em que pesem os percalços circunstanciais.

Portanto, está de parabéns a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento com toda a sua equipe de Técnicos e funcionários, e por extensão o Governador Roberto Requião; está de parabéns a

agropecuária do Estado.

Por isso é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, porque traduz o anseio de todos os paranaenses que desejam ver o desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais abrangente da economia do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações, ao contra-almirante Sérgio Martins Ribeiro, Comandante da Força de Contratorpedeiros da Marinha Brasileira, que recentemente esteve em Paranaguá participando de serviços da Marinha Brasileira.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

Para o Estado do Paraná a presença desse militar representa de forma positiva um prestígio ao sistema de unidade naval, onde a Capitania dos Portos do Estado do Paraná, tem buscado realizar com empenho os serviços afetos à sua área, e trazendo também uma nova visão do trabalho da Marinha Brasileira a nível de Segurança das nossas Costas.

Paranaguá, como Cidade Berço da Civilização paranaense, sentiu-se engalanada com a permanência do Chefe da Força de Contratorpedeiros da Marinha Brasileira que em sua estada, fez considerações relevantes de trabalho a tarefa de manutenção do litoral paranaense.

REQUERIMENTO N° 2651

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela comemoração nesta data, do DIA DO BOMBEIRO.

Requer ainda, que seja transcrito nos Anais deste Poder o pronunciamento do Cel. Carlos Roberto Cidade, Comandante do Corpo de Bombeiros da PMPR, por ocasião das comemorações alusivas ao Dia do Bombeiro, nesta data, no Quartel do Corpo de Bombeiros, nesta Capital, com homenagem especial ao 3° Sargento Antonio Vieira Moura, por atos de heroísmo e bravura em ações de salvamento à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente do ITCF, Dr. Vitório Sorotiuk, pela sua eleição para o importante cargo de Secretário Geral da Associação Nacional dos Órgãos de Terras, bem como pelo seu trabalho competente à frente do ITCF, do Paraná.

Num momento de lucidez aguda, os representantes dos Órgãos na data de 01.10.91, com o objetivo discutir a crise em que vivemos, do ponto de vista da Agricultura da Recessão Econômica e os Conflitos Sociais existentes no campo, com a intenção de buscar através do debate democrático e reflexões, indicativos para soluções dessas problemáticas.

É salutar a iniciativa daquelas lideranças, em momentos da chamada "Zona Neutra", do ceticismo, da falta de credibilidade nos homens que estão a frente das nossas Instituições.

Sem dúvida alguma, a Capital do Estado do Paraná transformou-se naqueles dias, num verdadeiro fórum de debates, através da liderança do Dr. Vitório Sorotiuk, que com competência direcionou os trabalhos da Assembléia.

O produto da inteligência daqueles líderes, resultou no documento chamado "CARTA DO PARANÁ", que aponta com muita lucidez, as crises e caminhos para as soluções.

No nosso entendimento, se os homens de bem deste país assimilarem aquelas acertivas, o Brasil avançará para a modernidade que tanto pretendemos.

Em especial, o nosso regozijo ao importante cargo que o Paraná passará a ocupar na pessoa do Combativo companheiro VITÓRIO que, calejado na busca da Democracia, muito bem representará todos nós com os seus ensinamentos.

Na condição de dirigente do ITCF, do Paraná, tenho tido a oportunidade de acompanhar seu trabalho democrático e pacífico na busca de soluções para os conflitos de terras existentes em nosso Estado.

Finalizando, Requer seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa, o documento "CARTA DO PARANÁ" na íntegra, que vai apenso a este.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 2654

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas REQUEREM, após ouvido o Plenário, a aprovação de Moção de Congratulações à Comissão Pastoral da Terra - CPT e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra - MST, pela conquista do Prêmio Nobel Alternativo em virtude de sua incessante luta pela reforma agrária e por condições dignas de vida à população brasileira, Requerendo, também, que da decisão deste Poder Legislativo seja dado conhecimento à direção regional e nacional das entidades agraciadas e à "Right Livelihood Awards Foundation", sediada em Estocolmo, na Suécia, instituidora da comenda.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) ERNANI PUDELL;

DOUTOR ROSINHA;

OVIDIO CONSTANTINO.

Apoio: Rafael Greca de Macedo.

REQUERIMENTO N° 2641

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Louvor à Universidade Estadual de Londrina, pelos seus 20 anos de Fundação.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) EMÍLIA BELINATI.

Apoio: Ernani Pudell, Ademar Traiano, Nelson Justus, Rafael Greca de Macedo, Mário Bezerra, Paulo Maia, Heinz Herwig e Albino Corazza.

JUSTIFICATIVA:

O objeto presente Voto de Louvor é parabenizar esta instituição que, embora no momento sofra com os frequentes ataques a ela dirigidos, vem cumprindo com sua função.

No dia 07 de outubro de 1971, esta Universidade foi reconhecida oficialmente por Decreto Federal.

Hoje, a Instituição tem aproximadamente 11 mil estudantes matriculados em 29 cursos de graduação e 36 habilitações.

Na área de pesquisa, a Universidade, só este ano, aprovou 1.302 projetos.

Cumprе ressaltar, que é na prestação de serviços e extensão à comunidade que esta Instituição tem sua atuação mais marcante, tendo em vista a relação a seguir descrita, de programas mantidos ou proporcionados pela Universidade:

1) Clínica Odontológica; 2) Laboratório de Produção de Medicamentos; 3) Hospital Universitário do Norte do Paraná; 4) Colégio de Aplicação; 5) Clínica Psicológica; 6) Estágio Forense; 7) Pró-Egresso e ainda o Projeto Tibagi, entre outros.

Se depender da luta de toda comunidade londrinense e da Região, a UEL sobreviverá.

Neste aniversário, o Magnífico Reitor desta Instituição resume a luta dos que acreditam que a Universidade é o caminho para o desenvolvimento do Brasil: "A Instituição Universidade é uma das principais do país e deve ser preservada custe o que custar. O País só conseguirá o desen-

volvimento com uma Universidade forte, livre, autônoma, com professores bem remunerados e projeção pelas pesquisas que desenvolve. Vamos continuar lutando por ela. Eu acredito na Universidade e que ela pode mudar o País."

REQUERIMENTO N° 2656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER. ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador, veemente apelo no sentido de que sejam tomadas providências para que sejam retiradas do Edital de Concorrência Pública n° 002/91 do Banco do Estado do Paraná, os Lotes 11 e 12, que se referem a áreas de terras no Estado do Mato Grosso e que sejam as referidas áreas transferidas para o patrimônio do Estado do Paraná e destinadas a plano de colonização para assentar agricultores paranaenses sem terra.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO N° 2645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo ao Exmo. Senhor Roberto Requião - Digníssimo Governador do Estado do Paraná no sentido de que, de acordo com estudos a serem desenvolvidos, avalie a real possibilidade de se firmar convênios de Cooperação Técnica e Financeira entre o Estado, através da Secretaria de Agricultura e Banco do Estado do Paraná e os Municípios da região, objetivando um PROGRAMA DE RENOVACÃO DO PARQUE CAFEEIRO DO NOROESTE PARANAENSE, acolhendo assim, manifestação dos cafeicultores na sua constante e real preocupação sobre os rumos a serem seguidos quanto ao plantio de café em nosso Estado, para que possamos continuar crescendo, progredindo e atendendo aos paranaenses da forma como está fazendo até agora.

Requer ainda, que ao presente requerimento seja anexado, em forma de justificativa, o pronunciamento feito em Plenário na Sessão de hoje, e que, do inteiro teor se dê ciência às pessoas abaixo nominadas.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) JOAO PREIS

01. DR. OSMAR FERNANDES DIAS - DD. Secretário de Estado da Agricultura

02. DR. HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA - DD. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná

03. DR. MÁRIO MARCONDES LOBO - DD. Superintendente Administrativo dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA

04. DR. SABINO BRASIL NUNES CAMPOS -

DD. Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná - CODAPAR

05. DR. JOSÉ TARCISO FIALHO - DD. Diretor Presidente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica de Extensão Rural - EMATER

06. DR. GERALDO LUIZ DE SOUZA - DD. Diretor Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR

07. DR. LAURO JOÃO LOBO ALCANTARA - DD. Diretor Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

08. SR. JOAO MILANEZ - MD. Diretor Presidente do jornal "Folha de Londrina"

09. SR. OSVALDO MACEDO - MD. Diretor do jornal "Folha de Londrina"

10. DR. JOÃO BASSANEZE - DD. Presidente do Centro do Comércio de Café de Paranaguá - Av. Arthur de Abreu, 20 - 12° andar - Ed. Palácio do Café - Paranaguá - PR

11. SR. RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS - DD. Prefeito Municipal de Maringá

12. Sr. LUIZ LOURENÇO - MD. Diretor Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda - COCAMAR.

REQUERIMENTO N° 2639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER. após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Coronel Miguel Arcangelo Capriotti, Comandante da Polícia Militar, e ao Coronel Mariano dos Santos Comandante da Divisão Policial do Interior, e ao Coronel Comandante do Corpo de Bombeiros, solicitando que durante a temporada de verão a Cidade de Paranaguá tenha também um trabalho da Polícia Militar e do Corpo de Guarda-Vidas dos Bombeiros.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Paranaguá, banhada em toda a sua extensão pelo Rio Itiberê e seus afluentes, registra na época de verão vários incidentes, alguns com vítimas fatais, em pontos conhecidos pela população como Posto Fiscal, Jardim América, Embuquaguá, Rocio, Vila Guarani, Vila Beira-Rio, Ilha dos Valadares e nas próprias margens do rio. A falta de orientação especializada nesses locais e de vigilância mais apurada, têm feito vítimas de afogamentos entre crianças e adultos.

Além da morte por afogamento, há casos de falecimento no local por falta de socorro imediato, daí estarmos requerendo os serviços da Polícia Militar nestes locais, através do Corpo de Bombeiros. Esta medida com certeza irá evitar novas mortes e garantirá maior segurança à população paranaquare. Ela poderá ser realizada efeti-

vamente através do pessoal disponível no 9º Batalhão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, sediados em Paranaquã.

REQUERIMENTO N° 2634

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, seja enviado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, solicitando a implantação de rede de energia na localidade especificada no anexo, no Município de Vera Cruz do Oeste.

Maiores esclarecimentos e informações complementares poderão ser obtidos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz do Oeste (R. Arnaldo Busato, 3/n).

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2635

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente do Poder Legislativo do Estado à Superintendência Regional da Legião Brasileira de Assistência, L.B.A., solicitando apuração das denúncias de irregularidades na distribuição de alimentos adquiridos por aquela entidade, através do Posto de Saúde de Vera Cruz do Oeste.

A denúncia foi formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, que levantou inúmeras famílias, cadastradas nos anexos, que há muitos meses deixaram de receber, injustificadamente, a cesta básica da LBA, através do Posto de Saúde.

Informações complementares poderão ser obtidas junto ao sindicato supramencionado, a quem também se requer seja dada ciência.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2636

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Senhor Ministro da Saúde, Dr. ALCENI ÂNGELO GUERRA, e ao Presidente do INAMPS, Dr. RICARDO ACKEL, pedindo a intervenção imediata para equacionamento do problema gerado com a suspensão dos implantes de órteses e próteses em pacientes da Previdência Social, no Paraná, em decorrência da Portaria n° 166, do Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Os serviços de implante de órteses e próteses a pacientes da Previdência Social foram suspensos pelos hospitais paranaenses.

A decisão decorre da Portaria n° 166, do Ministério da Saúde, que transfere aos estabelecimentos hospitalares a negociação com fornecedores dos produtos de implante, com posterior reembolso de acordo com a tabela do INAMPS e prazo de até 70 dias para pagamento.

Mas as empresas que comercializam as próteses e órteses promoveram reajuste de 252% a 757% e concedem somente um prazo de faturamento de 35 dias, inviabilizando os atendimentos.

Por isso, estamos dirigindo este apelo aos Senhores Ministros da Saúde e presidente do INAMPS.

A própria rede hospitalar também ingressou com medida judicial em Brasília, questionando as demais partes sobre a questão, uma vez que a utilização do material para órteses e próteses não envolve lucro financeiro.

Além disso, os hospitais de alta complexidade e os pronto-socorros que usam os equipamentos não têm condições de absorver a expressiva diferença entre o que o INAMPS paga e o que os fornecedores cobram.

REQUERIMENTO N° 2642

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. José Moacir Favetti, para que sejam tomadas urgentes providências, no sentido de que se restabeleça o repasse de verbas para alimentação de todos os detentos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Os presos paranaenses estão sendo submetidos a um regime de fome, por falta do repasse de verbas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, há 4 meses. A denúncia é da "Folha de Londrina".

O Jornal conta que o Estado não tem mandado os 100 minguados cruzeiros, correspondentes à alimentação diária de cada preso, criando constrangimentos até para os carcereiros, que se responsabilizaram pelos débitos junto aos fornecedores. Os comerciantes estão ameaçando cortar as vendas a partir de hoje, justamente pela prolongada falta de pagamento.

Não se pode entender o atraso provocado pela Secretaria de Estado da Segurança

Pública, que tem a responsabilidade pelo setor. A não ser que esteja patrocinando uma nova forma, desumana e cruel, de agravar a pena dos presos com as consequências da inanição.

Medidas urgentes são necessárias para pôr fim a esta situação. O Estado tem este dever, mesmo porque a Lei Orçamentária destina os valores correspondentes à cobertura das despesas.

REQUERIMENTO N° 2643

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Saúde Pública, Sr. Nizan Pereira Almeida, para que sejam tomadas urgentes providências, no sentido de que sejam atendidas as reivindicações dos profissionais de saúde daquela Secretaria e providências aos Hospitais do Município de Londrina, diante da crise apresentada pela paralisação e também pela falta de leitos à população carente daquele Município.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade londrinense sofre mais uma vez com a área de Saúde do Estado.

A paralisação dos servidores da Fundação Caetano Munhoz da Rocha vem agravar o atendimento à população carente do Município e Região, tendo em vista que os prestadores de serviços à população sofrem a cada dia com problemas sérios provocados pelo descaso das autoridades competentes.

Exemplo maior é o Hospital Universitário, que já desativou mais de 25 leitos, por falta de servidores, diante da baixa remuneração a eles oferecida.

A greve da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, justa e legítima, faz com que haja sérios prejuízos ao atendimento médico-hospitalar. A situação pode se complicar, tendo em vista que não foi vinculado nenhum acordo entre os grevistas e o Governo do Estado.

No dia 06 de outubro de 1991, o Secretário de Estado da Saúde, Sr. Nizan Pereira, disse à "Folha de Londrina" (conforme matéria em anexo) que a greve não está afetando a prestação de serviços no Estado. Mas o que está sendo verificado é que só nos Hospitais Estaduais de Londrina - "Anízio Figueiredo" (Zona Norte) e "Eulalino de Andrade" (Zona Sul) deixam de ser atendidos mais de 600 pessoas ao dia, comprometendo a capacidade de serviços dos demais estabelecimentos hospitalares.

A situação é caótica. Não podemos concordar que a população - especialmente a

carente - seja penalizada pela falta de providências oficiais, que não podem demorar mais.

REQUERIMENTO N° 2649

Senhor Presidente.

Os Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Deputados Federais e Senadores representantes do Paraná, aos Líderes das Bancadas na Câmara Federal, aos Líderes dos Partidos no Senado Federal, ao Presidente da Câmara Federal e ao Presidente do Senado, solicitando posicionamento de defesa dos municípios brasileiros e apoio à autonomia municipal, por ocasião da votação do Projeto de Emenda Constitucional proposto pela Presidência da República, evitando que se reduza o percentual de retorno de recursos aos municípios.

Seja dado conhecimento, mediante envio de cópia, desta proposição, ao Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, aos Presidentes das Associações Microrregionais de Municípios, ao Presidente da União dos Vereadores do Paraná e aos Presidentes das Associações Microrregionais de Câmaras Municipais.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(aa) João Arruda, Algaci Túlio, Albino Corazza, Eurides Moura, Nilton César, Paulo Maia, Luiz Carlos Alborghetti, Mario Bezerra, Dobrandino da Silva, Ernani Pudell, Emília Belinati, Rafael Greca, Cesar Silvestri, Heinz Herwig, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Colombino Grassano, Toti Colago, Geraldo Cartário, Rossoni, Ademir Traiano, Severino Félix, Alceu Swarowski, Dalton Machuca e João Preis.

JUSTIFICATIVA:

Todo o povo brasileiro vive nos municípios e é em seu município que o cidadão recebe atendimento à saúde, recebe educação, realiza seus investimentos, desenvolve seu trabalho, utiliza a infra-estrutura.

A educação vem sendo mantida pelos municípios, atendendo a maior parte da clientela escolar através de suas próprias redes de ensino fundamental, seguidamente pelos Estados, enquanto a União mantém um escasso ensino superior que atende uma minoria da população em poucas cidades brasileiras, visto que inúmeras Instituições de Ensino Superior são mantidas pelos Estados conjuntamente com os Municípios.

O atendimento à saúde, com o Sistema Unificado, passou a representar praticamente a municipalização do benefício já que o serviço, na maioria dos casos, é feito através dos postos de saúde e hospitais municipais, construídos e mantidos

pelos municípios com a colaboração dos Estados, face à ineficiência da Previdência Nacional.

O urbanismo das cidades brasileiras é feito pelos municípios, com ajudas estaduais e eventuais programas especiais.

A malha rodoviária municipal, responsável pela viabilização do escoamento da produção das propriedades até os centros maiores, é feita pelos municípios, seguindo-se o papel dos estados em suas rodovias e finalmente da União, sendo que a maioria das estradas federais estão em situação precária. Observe-se que a União e os Estados possuem receitas específicas para tal finalidade, o que não ocorre com os municípios. E se a produção nacional ficasse retida nas propriedades por falta de estradas?

A concentração de recursos na esfera Federal, restringe em muito a autonomia municipal, dificulta a fiscalização e oportuniza a ocorrência de fraudes, escândalos e corrupção como tem sido comum nos últimos tempos, a exemplo da Previdência e outros setores nacionais.

Os grandes calotes ao dinheiro público não acontecem nos Municípios porque nos municípios a população tem condições de fiscalizar, exigir e até participar da aplicação dos recursos.

A redução dos recursos disponíveis aos municípios implantará uma morosidade ainda maior na realização dos benefícios à população brasileira. Hoje os recursos passem pela burocracia brasileira para voltar aos municípios em forma de recurso, transformando-se imediatamente em benefício. Com a nova medida proposta, além da demora, já tradicional, do retorno dos direitos municipais, será acrescida a demora do benefício material.

O entendimento nacional é necessário, no entanto não pode exigir novamente o sacrifício da população que já deu sua contribuição pagando a inflação, perdendo o emprego, deixando de receber atendimento à saúde, sacrificando a qualidade do ensino, reduzindo a quantidade e qualidade da própria alimentação e baixando o nível de vida.

Se o entendimento nacional visa o desenvolvimento do País, devem ser adotados modelos de países desenvolvidos onde se estabeleceu a descentralização do Poder, a autonomia dos Municípios e a verdadeira Democracia.

Tudo o que pode ser feito pelos Estados não deve ser feito pela União. O verdadeiro Entendimento Nacional será possível com a inversão do processo que está sendo proposto. Ao contrário de reduzir dever-se-ia aumentar o retorno de recursos aos Municípios dando-lhes mais encargos e maior autonomia.

REQUERIMENTO N° 2652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente ao Sr. STENIO SALES JACOB, Diretor-Presidente da Sanepar, objetivando a construção de um poço artesiano na comunidade de Linha Bueira, Município de Salto do Lontra (PR).

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

As localidades acima mencionadas necessitam urgentemente dos poços artesianos. São comunidades trabalhadoras nas quais a atividade principal é a lavoura de produtos diversificados, e que necessitam de água potável para poder desenvolver suas atividades adequadamente.

Finalizamos certos do apoio a este requerimento por parte de seu destinatário, bem como da parte dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 2647

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscvem, no uso de suas atribuições regimentais REQUEREM seja expedido correspondência oficial ao DD. Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A., o paranaense Dr. Luiz Antonio Fayet, convidando-o para que nesta Casa de Leis traga suas considerações sobre o conjunto de medidas adotadas no "pacote agrícola" recém-editado pelo Governo da República para atender o setor agrícola brasileiro e especialmente o paranaense, que redundou no aumento de volume de recursos para financiamento e redução dos juros contratuais.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(aa) JOÃO ARRUDA, RAFAEL GRECA DE MACEDO, MÁRIO BEZERRA, ERONDY SILVÉRIO, ROSSONI, JOSÉ TAVARES, ALBINO CORAZZA, NELSON JUSTUS, GERALDO CARTÁRIO, COLOMBINO GRASSANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, EURIDES MOURA, DOMINGOS CARVALHO, TOTI COLAÇO, CEZAR SILVESTRI, OVIDIO CONSTANTINO, EDSON SILVA LINO, NILTON CÉZAR, ADEMAR TRAIANO, EMÍLIA BELINATI, ALCEU SWAROWSKI, DALTON MACHUCA, SEVERINO FÉLIX E HEINZ HERWIG.

REQUERIMENTO N° 2657

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, com base nas razões do pronunciamento anexo, o envio ao Governo do Estado do Paraná, do seguinte.

I. O Estado do Paraná tem cumprido a determinação expressa no Art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual, bem como a Lei n° 4.766/63 e Decreto n° 14.585/64, no

tocante à contribuição social do Estado para o sistema de previdência?

(Detalhar os valores pagos, datas, bem como demonstrativo dos valores a serem pagos com as respectivas programações para efetivação).

II. Em caso negativo, formular as razões com fundamentação legal do não-cumprimento às determinações expressas no inciso anterior.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) ALGACI TÚLIO

Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 008/91

Art. 1° - Fica autorizado o Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, ausentar-se do País até 31 de dezembro de 1994, no interesse da Administração, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o "caput" do Art. 1°, o Senhor Governador do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(aa) ANIBAL KHURY

JOÃO ARRUDA

ADEMAR TRAIANO

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 060/91

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de SAUDADE DO IGUAÇU, com sede na localidade de Saudade, desmembrando-o do Município de Chopinzinho, com os seguintes limites, divisas e confrontações:

COM O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL:

Começa na foz do Rio do Queixo da Anta no Rio Iguaçu, subindo pelo talvegue do Rio Iguaçu até encontrar a foz do Rio Dória.

COM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO:

Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Dória, subindo pelo Rio Dória até encontrar a linha divisória da Gleba 13 Chopinzinho, lote 68, com a Colônia Passo do Sol, segue por esta linha seca e reta no sentido geral leste/oeste, alcançando a

divisa da Colônia Mirim com os lotes 43, 44 e 48 (inclusive) da Gleba 13 Chopinzinho até encontrar a linha de divisa da Fazenda Fartura com a Colônia Mirim, deste ponto segue pelo perímetro da Fazenda Fartura (inclusive) até encontrar o travessão geral do imóvel Chopinzinho, divisa entre os Municípios de Chopinzinho e Sulina.

COM O MUNICÍPIO DE SULINA:

Começa no ponto de encontro da linha divisa da Fazenda Fartura com o travessão geral do imóvel Chopinzinho, seguindo por este no sentido geral oeste/leste até a proximidade com a cabeceira do Rio Queixo da Anta e por linha seca e reta, sentido geral sul/norte, divisa da Fazenda Fartura, até encontrar o Rio Queixo da Anta e por este segue abaixo até sua foz no Rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Saudade é um pujante distrito do Município de Chopinzinho. Possui uma economia diversificada e abriga em seu território a usina hidrelétrica de Salto Santiago.

Segundo dados fornecidos pelo Cartório Eleitoral da Comarca, o futuro município terá mais de 2.250 eleitores e aproximadamente 7.000 habitantes, segundo levantamento preliminar, levando-se em conta a documentação dos setores censitários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, preenchendo, desta forma, os requisitos exigidos pela legislação vigente.

Saudade é dotada de ampla infra-estrutura, pois já possui grande rede de energia elétrica, água tratada, telefone DDD, correio, pavimentação em diversas ruas, posto de saúde, boas escolas, posto do Banestado, etc.

Segundo mandamento da Constituição Estadual, mais de cem moradores de Saudade, duzentos para ser exato, todos com firma reconhecida, encaminharam representação à Assembleia solicitando o início do processo legislativo, com o intuito de ser emancipada de Chopinzinho.

Este Parlamentar tomou o cuidado de denominar o pretense município, já neste Projeto de Resolução, de Saudade do Iguaçu, após consultar a Comissão de Emancipação, tendo em vista a informação do IBGE, de que o nome original do distrito já denomina outro município da Federação.

Ainda para justificar e complementar o presente projeto, anexamos a seguinte documentação:

- . Mapa da área a ser emancipada;
- . Representação com duzentas assinatu-

médico do servidor ou dependente.

Ressaltando o alcance social da nossa proposição, confiamos contar com o indispensável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 461/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam extintos, na Estrutura organizacional básica da Polícia Civil do Estado, as funções não gratificadas de Suplentes de Delegados de Polícia com exercício nas unidades policiais civis no interior do Estado.

§ 1° - Na falta de Delegados de Polícia de carreira, as unidades no interior poderão ser exercidas por outros funcionários estáveis conforme indicação do Delegado Geral da Polícia.

§ 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado, de que trata o Decreto n° 4.884, de 24.04.87, para adaptá-la aos termos desta Lei.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamto: Rafael Greca de Macedo, José Tavares, Nelson Justus, Durval Amaral, Alceu Swarowski, Emília Belinati, Mário Bezerra e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Os artigos 144 da Constituição Federal e 46 da Constituição Estadual elencam em seus incisos IV e I, respectivamente, a Polícia Civil como órgão que por dever do Estado, compete a Segurança pública.

A ela, incumbe, as funções de polícia judiciária e as apurações das infrações penais.

Dessume-se dos supracitados artigos das cartas magnas Federal e Estadual, que a Polícia Civil, data vênha, não pode credenciar pessoas estranhas aos seus quadros para exercer atividades regulares de polícia ostensiva e judiciária.

Sendo a Polícia órgão do Estado com a competência preventiva e repressiva que não só visa à inibição de crimes, mas também alertar para comportamentos éticos que não gerem conflitos e delitos, sua função é indelegável.

Bem por isso ficou estabelecido nas cartas constitucionais que a direção da Polícia Civil regular seria feita por Delegados de Carreira.

A figura do "Suplente de Delegado de Polícia" não pode ser tida como polícia comunitária a quem caberia numa sociedade

Ofício ao Departamento Municipal de Educação e Cultura informando o número de alunos em escolas municipais;

Declaração de médico veterinário sobre a produção pecuária;

Lei criando o distrito administrativo;

Lei aprovando o quadro urbano;

Informação da Copel sobre o número de consumidores atendidos;

Certidão do Cartório Eleitoral sobre o número de eleitores;

Declaração da Escola Duque de Caxias informando sobre o número de alunos;

Informação sobre a infra-estrutura existente;

Informação da SANEPAR sobre o número de casas com água tratada;

Ata da reunião da formação da Comissão de Emancipação;

Fotografias da localidade.

Estas, entre outras tantas razões, justificam a criação do Município, motivo pelo qual solicitamos o apoio dos demais Pares, confiando na aprovação da presente Resolução.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 460/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O servidor público do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário terá direito a um adiantamento salarial para prover despesas com a compra de medicamentos.

Art. 2° - O valor adiantado será descontado do vencimento do servidor público.

Parágrafo Único - o desconto não pode ser superior a 10% (dez por cento) do vencimento.

Art. 3° - Para receber o benefício o servidor público deverá apresentar a receita médica e a nota fiscal correspondente aos medicamentos adquiridos.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.91

(a) NILTON CÉSAR SERVO.

Apoiamto: Heinz Herwig, Rossoni, Mário Bezerra, Lourenço Fregonese, Emília Belinati e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo visa atender ao servidor público que venha a ter despesas com medicamentos - para ele ou para dependente. Trata-se de um adiantamento salarial que servidor devolverá aos cofres públicos na forma de desconto em folha. Garante-se assim o tratamento

solidária o esforço comum para desenvolver um ambiente físico e social que desestimulasse o comportamento criminoso de cidadãos da comunidade.

Muito pelo contrário e principalmente no interior do Estado, o "Suplente de Delegado" é sempre pingado fora das forças vivas da comunidade; é sempre um despreparado para as ações de natureza policial e não raras vezes inconfiável para a colaboração necessária e desintegrado do espírito cívico povo-polícia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

(Lê): "Hoje, quando presenciamos a queda do preço do café, a desativação do Instituto Brasileiro do Café, percebemos que as denúncias de abandono do produto nos armazéns do IBC são verdadeiras, pois o Governo Federal desinteressou-se por manter-se os estoques, por incentivar o plantio.

A Reforma Agrária que a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná fez no nosso Estado, foi das mais proveitosas para os pequenos agricultores, pois deu condições a cada uma daquelas pequenas propriedades plantarem o café e as demais culturas de sobrevivência.

As causas que motivaram o declínio do Ciclo do Café, que possibilitou a criação de cidades a poucos quilômetros uma das outras do Norte do Paraná, são conhecidas de todos os Brasileiros.

Após a geada de 1975, quando centenas de agricultores viram desaparecer o fruto do seu trabalho, alguns foram plantar café em outros Estados, e outros arrancaram os pés de café e substituíram por outras culturas, como a cana, até pelo boi.

O rompimento da cláusula econômica do acordo mundial do café, em 1989, provocou a queda do preço internacional desestimulando os agricultores e continuarem o plantio.

O Brasil é hoje, o único País que detém um estoque de café, estimado em 17 milhões de sacas do governo, e 06 milhões nas mãos de agricultores e exportadores de café. No entanto, pela falta de preocupação dos produtores e governo, nosso café é considerado de baixa qualidade, havendo preferência dos importadores pelo chamado Café Fino.

Os Países ricos, especialmente os Estados Unidos, têm dado preferência a incentivar o plantio do café nos países conhecidamente produtores de folha de coca e maconha na América Latina e Central.

A permanecer o quadro mundial; no que diz respeito à produção do café, em três anos, o produto vai faltar no mercado, segundo dados estatísticos fornecidos pela COCAMAR. Sediada em Maringá.

Com base nesta previsão, queremos, com o apoio dos nobres colegas, desencadear um novo ciclo do café, planta social que sempre trouxe consigo a fixação do trabalhador rural no campo e a produção simultânea de todas as culturas básicas de subsistência ao homem do Paraná.

A exemplo da campanha desenvolvida pela Folha de Londrina, há sete anos atrás, com o significativo apoio de vários políticos da época, como o ex-Deputado Federal Osvaldo Macedo, queremos reviver a ousadia de apostar em nossas terras férteis, que estão sendo progressivamente destruídas.

O café e a policultura básica de subsistência sempre estiveram unidas no nosso Estado, dando condições ao proprietário rural de sobreviver e em nenhuma circunstância perder a esperança.

E a que assistimos hoje? Hoje assistimos a um Paraná convertendo-se em imensas e desérticas paisagens, onde não há espaço para a sobrevivência simultânea dos cascos da boiada e os pés dos agricultores, convertidos em famintos herdeiros do outrora Eldorado!

Traídos em sua vocação agrícola, os pioneiros e seus filhos, que abriram picadas no sertão, hoje estão sem trabalho, sem forças de impedir que a arrogância dos progressos lhes negue, todo dia o direito ao pão!

Necessitamos urgentemente de programa de renovação do Parque Cafeeiro do Noroeste Paranaense!

Hoje com as técnicas modernas de superadensamento o produtor planta de 12 a 50 mil pés de café por alqueire, que dá uma produção de 7 mil e 500 quilos no 3º ano, de café limpo.

Após o 3º ano, há possibilidade de se colher por alqueire, até 10 toneladas de café.

Em termos de agricultura, não existe nenhuma outra cultura que se compare aos níveis de produtividade do café, pois antigamente, eram necessários 20 alqueires para se colher a produção de hoje de 1 alqueire, utilizando-se o superadensamento.

Este programa precisa ser lançado como mais uma opção para o pequeno agricultor, que poderia ter pelo menos um alqueire plantado com café, mantendo a diversificação.

E estou enviando hoje um requerimento endereçado ao Governo do Estado e ao BANESTADO, e à Secretaria de Agricultura.

Estariam envolvidos neste programa, o Governo do Estado, que através dos incentivos garantiria o plantio, podendo rece-

ber em café, as Cooperativas Paranaenses, que com o seu pessoal técnico e com seus projetos dariam subsídios suficientes para garantir a produtividade, as prefeituras, que manteriam os viveiros de café que poderiam ser feitos no sistema de enxertia do café robusta com o rubiaca; os exportadores de café, que poderiam garantir os financiamentos direto às prefeituras, visando inclusive a reativação da capacidade de exportação do Porto de Paranaguá.

No Brasil, as exportações de café já representaram cerca de 90%, hoje não ultrapassam 6%. No Paraná, além de representar mais de 90% de ICMS e exportações, chegou a empregar, na agricultura mais de 4 milhões de pessoas bem remuneradas e vivendo no interior, enquanto que hoje temos mais de 1 milhão e meio de bóias-frias que vivem em situação de extrema miséria, em busca de dias melhores nas grandes cidades.

Estamos tentando que estes três anos de antecedência possam significar que este programa tenha condições de superar as expectativas sombrias em termos internacionais, mas principalmente para que possamos retomar o desenvolvimento e combater pelos nossos próprios meios, a recessão e desemprego no Estado.

O café é um símbolo do Paraná, que pode através de um programa científico do uso do solo, clima, comercialização e emprego de mão-de-obra, contribuir decisivamente para melhorar a qualidade de vida da população do nosso Estado!

Obrigado!"

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Finalmente chegou no Congresso Nacional o "Emendão", o projeto do entendimento Nacional. Depois de muitas conversas e de muitas desconfianças se concretizou o que não se acreditava. Se especulava no início que a idéia de tirar recursos dos Municípios, não estaria no "Emendão" que foi mandado para o Congresso Nacional.

Infelizmente na última sexta-feira, quando o "Emendão" chegou ao Congresso Nacional, pôde se constatar que a notícia desmentida de que os Municípios não seriam prejudicados com a retirada de recursos, foi uma farsa. O Projeto que está no Congresso Nacional entre outras coisas propõe que se retire e se reduza 20% do retorno do ICMS que cabe aos Municípios brasileiros.

Isso, não é entendimento é um golpe contra os Municípios brasileiros. Ainda ontem, dizia o Presidente da Associação

dos Municípios do Paraná, Prefeito de Cambé, Senhor José do Carmo, que os Prefeitos do Paraná estão hoje reunidos para discutir uma mobilização para que essa Emenda não seja aprovada.

E nós como membros do Bloco Parlamentar Municipalista, estamos encaminhando a esta Casa um requerimento para que se encaminhe ao Congresso Nacional, a todos os Deputados Federais do Paraná e Senadores do Paraná, a todos os Líderes das Bancadas na Câmara e no Senado ao Presidente da Câmara Federal, ao Presidente do Senado para que essa Emenda que retira recursos dos Municípios, seja rejeitada. Esse requerimento que tem a assinatura de todos os membros do Bloco Municipalista desta Casa, pretende que essa Emenda não seja aprovada para que esse País, não aumente a sua miséria, os seus problemas sociais.

Já se falou muito, que é no Município que o cidadão mora e é no município que ele recebe o atendimento dos seus problemas. Tirar recursos dos Municípios é aumentar a miséria e aumentar o descrédito do Governante; nós queremos ao contrário que o Brasil para conseguir o entendimento nacional, faça o que já fizeram os Países desenvolvidos, como Alemanha, os Estados Unidos, Japão e outros Países onde os Municípios têm autonomia e ficam com grande parcela dos recursos arrecadados nas suas comunidades.

Só com mais recursos e com mais autonomia que esse país vai poder sair dessa crise.

A conquista do fortalecimento dos Municípios foi uma caminhada de mais de 20 anos, aqui estão muitos colegas ex-prefeitos que por muitas vezes marcharam até Brasília reivindicando e reclamando mais recursos aos Municípios e toda essa luta de 20 anos, agora se pretende derrubar com o tal do "emendão".

Nós queremos que o entendimento nacional seja feito ao inverso, ao invés de retirar recursos dos Municípios se fortaleça ainda mais o Município brasileiro, para que os Prefeitos, as Lideranças Municipais possam dar resposta à população que reclama por solução.

Se o entendimento nacional visa o desenvolvimento do País, nós temos que fazer um Emendão ao contrário, aumentar os recursos dos Municípios brasileiros, porque nós sabemos que tudo que pode ser feito pelos Municípios não deve ser feito pelo Estado e o que pode ser feito pelo Estado - não deve ser feito pela União.

O verdadeiro entendimento nacional, será possível com a inversão do processo que está sendo proposto. Ao contrário de reduzir, dever-se-ia aumentar o retorno de recursos aos municípios, dando-lhes mais condições de trabalho e maior autonomia.

Esperamos que este Requerimento aprovado por esta Casa possa ter eco no Congresso Nacional, e esta Emenda seja rejeitada, em favor dos municípios brasileiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A ONU, Organização das Nações Unidas, comemorou ontem o Dia Mundial da Habitação.

O jornal Folha de Londrina publica vasta matéria sobre o assunto na edição de seis de outubro de 1991.

E traz uma indagação oportuna, dizendo o seguinte: "Até que ponto é válido comemorar o Dia Mundial da Habitação quando é cada vez mais crescente o número dos sem-teto em todo o mundo? E nós acrescentamos no Brasil e também no Paraná.

Ao invés de se comemorar o Dia Mundial da Habitação, seria necessário nos questionar e refletir sobre a realidade habitacional dos países do Terceiro Mundo, ao qual está inserido o nosso Brasil e também o nosso Estado do Paraná.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos considera, entre outros direitos fundamentais à pessoa humana, a habitação. Um dos mais relevantes itens que declara a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que no nosso entendimento não vem passando apenas de uma teoria no papel.

As estatísticas apontam um "déficit" em torno de 12 milhões de moradias no Brasil.

E o que ocorre na prática é a falta de vontade política dos governos, em viabilizar a questão habitacional em nosso País.

O Governo criou incentivos através do FGTS para facilitar o acesso à moradia aos trabalhadores brasileiros.

Por via de regra, se vê a grande burocracia, as grandes exigências e até a falta de interesse do sistema bancário, que não tem nenhum interesse em facilitar a solução deste grande problema social brasileiro, no momento.

Segundo o Presidente da COHABAN, Cooperativa Habitacional de Londrina, uma simples queda de 2% nos juros da prestação da Caixa ou da prestação da casa própria, cairia em torno de 20% o custo da mesma.

Dados da Caixa Econômica nos dão conta de que em 1975, um metro de construção era equivalente a 16 salários mínimos; e que três anos após, apenas três anos após, pulou para quase seis salários mínimos. O custo de uma unidade habitacional pulou de 70 mil para 204 mil, nestes dados entre

1975 e 1978.

Se levarmos isto para os dados atuais são alarmantes as diferenças do impedimento de condições de um trabalhador ter acesso à moradia.

A renda exigida pelas companhias de habitação que era de 2.2 salários passa para 6,7 salários mínimos.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas, de São Paulo, ao defender a indústria da construção e também a industrialização do País como solução para os grandes problemas, para os grandes aglomerados do País, enfatiza que não se pode esperar milagres da tecnologia para uma população que não tem renda.

Hoje, no nosso País, o chavão para as campanhas eleitorais é a famosa habitação para a população brasileira.

Isso ocorreu na campanha para presidência de Fernando Collor de Mello, quando garantia que 4.000.000 de moradias seriam feitas no seu Governo, e sendo que 2,3 milhões para a população de baixa renda.

A metade englobaria recursos de 18 bilhões de dólares para o programa de habitação popular do Governo Collor de Mello!

O que não passa ou não está passando de um sonho, se compararmos as promessas com a realidade! E sem compararmos, e sem pensarmos nas maracutaías das grandes empreiteiras, com a anuência de órgãos públicos, como denunciei, nesta Tribuna há alguns dias, solicitando informações do Tribunal de Contas do Estado. E tenho em mãos denúncias de outras regiões do Estado, onde, na região de Arapongas o sindicato da construção civil denuncia também problemas e maracutaías, segundo o jornal da região, na questão das construções de casas populares.

Este problema vem se alastrando pelo nosso País, e nós no Paraná temos denunciado já aqui, nesta tribuna, e a cada dia, aparecem mais denúncias, e a cada dia o trabalhador brasileiro se vê impedido do acesso a uma habitação digna!

Um assessor do Presidente da República, de nome Pedro Bara, declarou que o Programa de Habitação do Governo Sarney era insuficiente quando propunha uma casa popular de apenas 30 metros quadrados, e que no Governo Collor isso seria elevado para 40 metros quadrados.

No entanto estamos constatando, inclusive num projeto que está sendo realizado e denunciado aqui, por nós, como uma maracutaía do trambique das empreiteiras com cooperativas, na região Oeste e Sudoeste do Estado, reduz para 27 metros, ou seja 50% aproximadamente, do que se declarava que seria o programa de habitação do Governo Federal atual!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na região mais rica do nosso País, que é o

eixo Rio-São Paulo existem 20.000.000 de favelados.

Um grande orador romano dizia que um homem que perdeu a moradia está mais próximo do crime, mais próximo do bruto do que da humanidade.

As favelas, os crimes, a marginalização em que está a população brasileira nos prova isso quando se vê centenas, milhares, milhões de favelas se alastrando em todo País.

Não há muito o que comemorar quando a ONU tem deliberado como o dia 7 de outubro o Dia Mundial da Habitação.

A realidade nos leva a uma grave reflexão: no Estado do Paraná 65 mil famílias não têm onde morar, não podem pagar aluguel.

Essas 65 mil famílias representam 260 mil pessoas que moram em barracos, embaixo de pontes, viadutos ou nas calçadas do nosso Estado. Se a gente juntar aqui as famílias que pagam aluguel, nós elevaremos para mais de 500 mil pessoas - no Paraná - os sem-teto próprio ou os sem-casa. Esses números retratam o problema da moradia no nosso Estado.

Espelha-se, este problema, nos últimos dados ocorridos aqui, na capital do Paraná, quando temos hoje - aproximadamente, entre 30 a 40 mil famílias ocupando áreas ilegais, em loteamentos forçados ou ocupações e invasões de áreas urbanas para conseguir um teto, um pedaço de lona para poder sobreviver.

Este problema acumula-se, Senhor Presidente, Senhores Deputados em nosso País, com a crise que vem se passando e um dos grandes agravantes desta realidade, a crise econômica que está imposta por este modelo econômico, egoísta e capitalista selvagem do nosso País e da atual política deste governo.

A falta de uma política agrícola, a falta de uma reforma agrária condizente levam, a agravar cada vez mais, estes problemas. Por quê?

Porque o pequeno agricultor, os lavradores do nosso Estado que por sinal, tem-se dado um dos maiores êxodos rurais do Estado e na Região Sul do Brasil de pequenos proprietários para as grandes cidades, trazem para as cidades os problemas sociais, praticamente sem solução, sem condições de solução deste grave problema que é a falta de habitação, a falta de um teto para uma família se abrigar e ter ali sua vida digna, de uma das células máter da sociedade, que é a família, na atual conjuntura em que vivemos.

O problema, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é um conjunto de alternativas, de soluções que sabemos por pesquisas, sabemos por levantamentos feitos de que uma família no campo, na área rural,

Curitiba, terça, em 08.10.91

tem um custo social 10 vezes menor do que uma família na área urbana. Isso nos leva a preocupar e por isso nós batalhamos e somos aqui, nesta Assembleia, um defensor árduo da reforma agrária, da distribuição de terras e de uma política agrícola que dê condições, a este que tem acesso à terra, a sobreviver no campo, para evitar os problemas sociais das áreas urbanas em nosso país.

Os dados da nossa realidade nos levam a uma grande preocupação: quando as favelas aumentam a cada dia, quando a fome se alastra pelos quatro cantos do país, quando a habitação popular está envolta em maracutias e trambiques de empreiteiras sugando os recursos que deveriam estar a serviço da população, a dar condições de habitação à nossa população, nos leva a grandes preocupações e ainda mais, a batalhar por uma política agrícola e uma reforma agrária justa neste país.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Antes de tudo quero esclarecer que nossas palavras não devem ser tomadas como corporativas, mas sim o reconhecimento que sei é comungado por muitos dos Senhores Deputados, por aquela que é a minha casa há muito tempo: o DER do Paraná.

Lá ainda como estudante, iniciei minha vida profissional como estagiário de engenharia. Depois como engenheiro, pude testemunhar e participar do trabalho pelo engrandecimento do setor rodoviário, que foi um dos fatores decisivos e desencadeantes do desenvolvimento que vivemos em nosso Estado.

Só quem não viu a fase dos caminhos poeirentos e das estradas lamacentas do interior do nosso Estado, que há menos de duas décadas eram uma constante; só quem não perdeu a sua safra, fruto do suor de meses de trabalho, pela impossibilidade de escoá-la em função das estradas intransitáveis; só quem não perdeu um amigo ou familiar numa curva fechada nas pequenas rodovias do interior dos nossos municípios é que pode ser contra o rodoviarismo.

Quero deixar bem claro: Rodoviarismo não é palavrão. O rodoviarismo foi sim a chave do desenvolvimento do nosso Estado. Graças aos governos ditos "rodoviaristas" de Jayme Canet Júnior, Ney Braga, José Richa, João Elisio e Álvaro Dias, somos hoje um Paraná moderno.

Perguntem aos habitantes de Cerr Azul, Adrianópolis, Guaraqueçaba, Inácio Martins, ou mesmo de Jacutinga, lá na terra

do meu ex-amigo Orlando Pessuti, se são contra o rodoviarismo. Perguntem a população de Cascavel ou Foz do Iguaçu se ela é contra a duplicação da estrada que liga estas duas Metrópoles do Oeste do Estado.

Talvez também devam perguntar aos moradores de Londrina e Maringá se eles ficaram satisfeitos ou não com a nova Rodovia que as uniu, ou a população de Ponta Grossa e Castro ligadas à Capital por Rodovia mais segura.

Mas o que eu pretendo é testemunhar, que este desenvolvimento que a pavimentação de nossas estradas trouxe, teve como responsáveis maiores os funcionários do DER, gente simples, trabalhadora e honesta que, de sol a sol, contrariando a visão que muitos têm do funcionário público, lutavam construindo e conservando as nossas rodovias.

Conservar é preciso! Mas isto não é novidade nos quase 45 anos de existência do DER. Esta sempre foi a sua atividade principal, talvez menos percebida do que a execução de uma obra nova, porém, sem dúvida, a atividade mais importante. A conservação costuma ser comparada com o serviço de uma dona de casa: só é valorizado quando não é executado. As estradas federais são testemunhas desta afirmação.

É bom que se esclareça que 90% do quadro de funcionários do DER-PR estão vinculados aos permanentes serviços de conservação. Estes funcionários se dedicam a manter as estradas em condições de tráfego, garantindo a segurança dos usuários, sendo responsáveis pela manutenção de um patrimônio imenso.

Estes funcionários chamados à noite, sábados, domingos e feriados para atender emergências, que constantemente acontecem nas rodovias, causadas pelas chuvas e ventos fortes, esquecem até dos seus direitos trabalhistas para pensar na segurança dos usuários, pois o seu serviço, se não executado, poderia levar a consequências fatais.

Porém priorizar a conservação é antes de tudo, valorizar o funcionário que nela atua, dando-lhe condição para exercer sua atividade em troca de um salário digno e justo. Isto infelizmente hoje não acontece.

A situação dos salários daqueles que no DER trabalham é crítica e preocupante. Não é possível imaginar que aqueles que são responsáveis pela preservação de um patrimônio superior a US\$ 3 bilhões estejam nesta situação.

O DER possui em torno de 4700 funcionários, dos quais quase 4100, ou seja 85% do total, recebem apenas até 1 salário mínimo. Isto já considerado o grande aumento de 20% do mês de setembro. Podem crer Senhores Deputados, esta é a triste realidade

de do nosso DER.

Num órgão altamente técnico e especializado, 94% dos funcionários não atingem 3 salários mínimos. Apenas 160 funcionários, todos eles com formação superior e técnicos de capacidade reconhecida no país e até no exterior (por entidades como BID e BIRD) percebe, entre 10 e 16 salários mínimos, estando neste limite superior apenas 6 funcionários.

Como podem perceber, Senhores Deputados, não podemos nos calar nesta hora em que vemos nossos colegas do DER numa situação tão desesperadora.

Definam-se novas prioridades de Governo, não as questionamos; educação, saúde, segurança e habitação, são de fato necessidades permanentes de nossa população.

Porém se o setor rodoviário não é mais prioridade, preserve-se, ao menos, a dignidade daqueles que sempre demonstraram competência e foram responsáveis por obras que hoje orgulham o nosso Paraná".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente quero registrar aqui nesta Casa, que a partir do dia 30 do mês passado procedi o meu desligamento do Partido Socialista Brasileiro.

Segundo ponto: como funcionário público estadual, sei que estou nesta função aqui hoje como um elemento passageiro e não posso deixar de abordar esse fato que nos preocupa enquanto servidores públicos. Com relação ao Instituto de Previdência do Estado do Paraná, e o nobre colonista Luiz Geraldo Mazza que em sua coluna de sexta-feira 04 de outubro de 1991, foi muito feliz quando registrou o seguinte:

(Lê) "O maior inadimplente em relação ao Instituto de Previdência do Estado, o IPE, é o próprio Governo, esta questão fundamental não passou nas reflexões que levaram o Governo a propor uma nova política na área ouvindo o desastrado administrador, o das compras dos edifícios e dos abusivos anúncios da Previdência na gestão Sarney."

Como previ, o Governador que quando estava na planície exigia audiência dos grupos intermediários agora deseja suprimi-los como já havia demonstrado na Prefeitura, quer um encaminhamento sem discussão na sociedade organizada, com o apoio do rolo compressor de sua bancada de vaquinhas de presépio como fez na transformação das fundações e autarquias. No tacape, sem peteca.

O pior é que uma decisão dessa magni-

tude é dada sem clareamento, a despeito da alegada auto-suficiência de sua comunicação".

Outro Diário também registra: "A falência do IPE - desde já é uma coisa certa, o trabalhador é quem vai pagar pelos desmandos administrativos". E mais ainda este mesmo Diário aborda: "A proposta do Governador que o IPE seja transformado em um Instituto de Previdência que abrigue todos os funcionários do Estado (Administração direta e indireta), podendo ser estendido a prefeituras e câmaras de vereadores. Através de uma contribuição mensal, o novo instituto criaria um fundo estadual que pagaria as pensões dos inativos, que hoje somam 44.440 pessoas.

A viabilização dessa proposta mostrada ontem aos Deputados Estaduais - e que teve, na avaliação do Secretário da Administração, Luis Gastão Franco de Carvalho, uma aceitação "bastante boa" - vai exigir uma modificação na alíquota da contribuição dos funcionários públicos estaduais ao IPE.

Dois propostas estão sendo analisadas: na primeira delas, passariam a ser descontados 10% em vez dos atuais 8% sobre o salário; a segunda alternativa prevê um aumento gradual na contribuição, variando de acordo com a faixa salarial, e ficaria entre 8% para os que ganham menos, até 14% sobre os maiores salários.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, abordamos desta Tribuna, na data de 24 de abril de 1991, a necessidade de aprovação do Projeto de Lei do Deputado Antonio Annibelli, que previa o pagamento dos 3% que o Estado deve ao Instituto de Previdência. E o mesmo Governo que aí está, Governo do PMDB, que assumiu o Estado do Paraná já a terceira gestão e recebeu o Instituto de Previdência dos governos que ele criticava, mas que tinha no IPE o órgão que atendia os anseios dos trabalhadores do serviço público. Lamentavelmente, foi nesses governos que infelizmente o nosso IPE chegou ao caos, chegou à pouca vergonha, chegou à situação lastimável e desrespeito em que se encontra.

Nessas propostas que o governo põe aqui para solucionar os problemas do IPE em momento algum o Governo do Estado colocou a questão do desvio do dinheiro do IPE para comprar fatiosos edifícios, doados a custo zero, como é o exemplo do edifício do Tribunal Regional Eleitoral, como é o edifício situado na rua Dr. Muricy com Cruz Machado, hoje vazio. Por que não se vende, por que não se coloca de fato o dinheiro do trabalhador empregado em benefício do próprio trabalhador?

Esqueceu-se também o Governo do Paraná, quando diz nessa proposta, de honrar aquilo que nós levantávamos também desta

tribuna, que é a sua proposta de campanha, onde dizia: "Requião vai repassar verbas do Estado para o IPE". E o slogan, todos estão lembrados, do Governador do Paraná, quando em campanha é que: Requião fala, faz e garante". Não é o que nós estamos vendo hoje em relação ao salário dos servidores e em relação ao Instituto de Previdência do Estado do Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando nós dissemos que estas propostas que visam simplesmente tirar ainda mais daqueles trabalhadores que já ganham uma miséria, que já são explorados pelos miseráveis salários que ganham, esses trabalhadores em momento algum vêm a proposta de serem ouvidos, de participarem nessa discussão.

E nós temos a certeza de como as coisas são votadas nesta Casa de que esse projeto, atingindo diretamente os servidores públicos do Paraná, não teremos dúvida de que também ele passará porque, infelizmente, aqui, na maioria das vezes, não está se votando os anseios dos trabalhadores paranaenses, mas está se votando os compromissos de amarração de companheiros Deputados que estão neste Plenário.

Nós não vimos nas propostas do Governo do Paraná, em relação do IPE a proposta correta deste governo que seria propor uma auditoria dentro do IPE para se cobrar dos verdadeiros responsáveis que fizeram do IPE cabides de emprego, promoção às custas do dinheiro do servidor público; e nós temos certeza que todo Paraná conhece muito bem esta realidade, a realidade das promoções pessoais dentro do IPE que hoje nada mais é do que um cabide de empregos para aqueles que não se realizam, para aqueles que não se reelegem, para aqueles que são apaniguados do rei, precisam de uma cobertura.

Por isso nós queremos sugerir aqui, Senhor Presidente, Srs. Deputados, a Liderança do PMDB que leve a nossa proposta ao Governador Roberto Requião que com certeza ele acertará em cheio, a nossa proposta de uma auditoria dentro do IPE e com certeza ele encontrará os verdadeiros destinos do dinheiro dos servidores públicos, com certeza ele encontrará as facilidades de promoções pessoais feitas às custas deste dinheiro dos trabalhadores, por isso nós consideramos lamentável que mais uma vez nós trabalhadores do serviço público tenhamos que pagar o preço da inoperância, da incompetência e da falência que está posta e que foi imposta principalmente no Governo do PMDB ao IPE, porque os governos passados e nós podemos relembrar alguns e não é que os defendamos, como Paulo Pimentel, Jaime Canet como foi o caso até do próprio Governador José Richa, esse Instituto de Previdência estava em perfeitas

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, eu cede o Horário da Liderança do PSDB ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Muito obrigado, agradeço a contribuição de V.Exa.

O que nós estamos fazendo aqui é de fundamental importância, porque atinge a vida de quase 200 mil trabalhadores.

Então vejamos bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a responsabilidade pela situação em que se encontra o IPE, nós temos certeza que a responsabilidade de sua falência não dos servidores públicos do Paraná, porque a sua administração não tem passado pela mão daqueles que contribuem para a coexistência do Instituto e sim por aqueles que têm usado o instituto como cabide de emprego ou como beneficiários por serem amigos do rei.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte?
(assentimento).

Deputado Paulo Maia, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento a respeito de um assunto por demais importante, grave que é a situação do IPE.

Quando ainda vereador em 83, nós fazíamos um pedido de informações pela Câmara Municipal, querendo saber do Governador do Estado, na época José Richa, por que é que não eram feitos repasses dos 3% que é a contribuição patronal do Governo do Estado ao IPE. Portanto, não obtivemos resposta.

No dia 6 de dezembro de 1989, aqui nesta Casa, ainda no Governo de Álvaro Dias, também fizemos o mesmo questionamento do não repasse das verbas de 3% do Governo do Estado, da parte patronal, ao IPE.

Também até hoje não recebemos resposta neste sentido.

Neste sentido ainda, coincidentemente no dia de hoje eu estou mandando mais um Pedido de Informações querendo saber se o Estado do Paraná tem cumprido a determinação expressa no Artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, bem como a Lei nº 4.766/63, o Decreto nº 14.585/64, no tocante exatamente à contribuição social do Estado para o sistema de previdência, porque ao que se sabe esse repasse não está se fazendo.

Além do mais a situação do IPE é tão caótica que vai se desfazer de uma escola que é um exemplo no Paraná, que é a escola Nice Braga, que era utilizada pelos funcionários, pelos servidores do Estado, e ela então vai agora ser encampada pela Secretaria de Educação do Estado do Para-

ná.

Além do mais nesta Casa, em 87, eu dei entrada num projeto de lei propondo de que o cargo de superintendente do IPE fosse exercido por um servidor do Estado para acabar justamente com o cargo político que já colocou na Superintendência do IPE, pessoas que acabaram levando aquele Instituto à situação caótica que se encontra hoje.

Lamentavelmente o IPE, que é mantido pelo servidor, continua sendo dirigido através do cargo político, mantido ainda pelo governo do Estado.

Eu acho que está na hora de se rever esta posição também.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a contribuição de Vossa Excelência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para se ter a realidade da situação caótica e do preço que o servidor, do preço que o trabalhador do serviço público não pode pagar, nós vamos aqui mais uma vez registrar as palavras do ex-Governador Álvaro Dias no Ofício datado de 29 de maio de 1990, nós temos certeza que se o IPE não tivesse se voltado para a compra desses edifícios, para financiamento de casas que não é a sua função e para o empreguismo, provavelmente ele não estaria nestas condições.

Disse o Governador Álvaro Dias naquela oportunidade.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame, decorre de pronunciamentos expedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais esclarecem que o Tesouro do Estado não tem condições de suportar os encargos provenientes da medida que somariam aproximadamente 400 milhões de dólares, e ainda que inexistem quaisquer possibilidades ou fontes de obtenção de recursos orçamentários neste montante.

Nós estamos vendo aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se de fato o Estado tivesse cumprido com a sua parcela, assim como o trabalhador cumpriu sagradamente com o seu desconto do dia a dia dos seus minguados salários, o IPE não estaria nas condições em que se encontra hoje e com uma proposta que mais uma vez vai representar um assalto ao bolso dos trabalhadores.

Quando se fala em 40 mil e quatrocentos funcionários que hoje contribuem e com a abertura para mais funcionários das diretas e indiretas, Prefeituras, Deputados, Vereadores e outros mais, nós estamos sentindo apenas a realidade do hoje dos 40 mil funcionários. Quantos teremos daqui a cinco anos, a dez anos?

Teremos uma situação semelhante à situação vergonhosa, lamentável e que deni-

gre a imagem deste País, que é a do Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social. Nós teremos a transferência do caos do INAMPS para o Instituto de Previdência com certeza, porque nós temos certeza de que em vários municípios nós teremos a transformação, nós teremos a mudança freqüente de funcionários e estaremos lotando esse Instituto de Previdência que bem com o quadro que tem hoje está dando a ele o respeito que deve ter.

E quero fechar o nosso pronunciamento mais uma vez lendo o compromisso de campanha do Governador Requião, que aí está e prometia uma solução para o Instituto de Previdência.

Vou ler novamente esse compromisso de campanha e nós temos certeza que aquilo que não é prometido é o que acaba denegrindo a nossa imagem como políticos diante do eleitor, diante do povo brasileiro.

(Lê):

"REQUIÃO VAI REPASSAR VERBAS DO ESTADO PARA O IPE"

Você melhor que ninguém, como funcionário público, sabe que há muitos e muitos governos a qualidade dos serviços prestados pelo IPE a você e sua família vem se deteriorando.

Uma das razões é o não repasse dos recursos devidos pelo Estado ao IPE - o que tem origem na rigorosa crise econômica que há anos se abate sobre o Brasil e tem empobrecido indistintamente aos Países, Estados e Municípios.

Com Roberto Requião governador, isso vai mudar.

Requião se compromete, desde já, com o funcionalismo público do Paraná, a repassar todos os meses os recursos devidos pelo Estado, ao Instituto.

Trata-se de um compromisso pessoal.

É a palavra de Requião.

Mais que isso, a saúde é ponto de honra no programa de Governo de Roberto Requião.

Todos os municípios do Paraná, com o dinheiro do Estado depositado mensalmente na conta do IPE, serão atendidos pelo Instituto.

E com uma assistência médica de alta qualidade. Voltarão a ser feitos os internamentos, os exames laboratoriais e radiográficos.

Nenhum funcionário público ficará sem atendimento.

E cuidar da saúde, para quem trabalha para o Estado, não custará absolutamente nada: será tudo de graça, coberto integralmente pelo Instituto pois com esses recursos será possível ao IPE financiar o atendimento médico a seus beneficiários a custo zero.

Rigorosamente de graça. Saúde. Um compromisso de Requião Governador.

A volta dos recursos do Estado ao IPE e melhor atendimento a todos os funcionários públicos.

Além disso a pensão será correspondente ao salário do funcionário ativo.

Palavra de Requião. E nele você pode acreditar."

Por isso aqui estão os quatrocentos milhões de dólares que o ex-Governador Alvaro Dias diz que deve.

Por isso eu creio que não será preciso o trabalhador do serviço público pagar este preço do descaso, este preço do destino, sendo assaltado mais uma vez nos seus salários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Sra., e Srs. Deputados.

Três assuntos quero abordar rapidamente da tribuna. Primeiro, quero comunicar aos ilustres companheiros Parlamentares da Casa, na qualidade de presidente da comissão suprapartidária, por nada mais de 45 dias aqui neste Parlamento, onde os Parlamentares Paulo Maia, Ernani Pudell, Duílio Genari, Dobrandino da Silva e este que vos fala, nos debruçamos sobre a tarefa que nos foi colocada naquela ocasião, naquela sessão, com relação à ocupação da Fazenda Santana da comunidade de Campo Bonito, de propriedade da família Beledeli. Nós realizamos inúmeras reuniões com o proprietário da terra, com os acampados, com o ITCF, IBAMA, INCRA e outros órgãos mais.

Nesta manhã, numa reunião que demorou mais de duas horas e meia, chegou-se a uma conclusão, chegou-se a um acordo, onde o proprietário da terra, o Sr. Ovídio Beledeli, abrindo uma concessão, cedendo parte do seu imóvel para que as famílias lá acampadas possam trabalhar, chegando na casa dos 950 hectares.

Parte da terra cedeu, pura e simplesmente. Parte desses 950 hectares será viabilizada uma negociação entre o próprio INCRA e o próprio Governo do Estado, que acompanhou estas negociações, e na quinta-feira nós vamos fazer a entrega do nosso relatório para Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, juntamente com os Parlamentares que compuseram a Comissão, bem como os representantes da Comissão dos Acampados e na presença do presidente da empresa, Sr. Ovídio Beledeli, às 09:00 horas da manhã, quinta-feira, no Palácio.

E nós apresentamos também à tarde, o nosso relatório final dos trabalhos. E é claro que não só eu, mas os demais Parlamentares, faremos comentários a respeito do mesmo.

O segundo assunto é sobre um requeri-

mento que estou dando entrada nesta sessão, cumprimentando o Dr. Vitório Sorotiuk, Chefe do ITCF do Paraná, pela sua eleição no cargo de Secretário Geral da Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terras, bem como pela sua competente ação frente ao ITCF do Paraná.

No dia 30 e no dia 1º deste mês, houve um encontro aqui no Paraná, dos representantes dos órgãos ligados à terra no nosso País. Daquela encontro surgiu um documento. Daquela encontro eles reativaram uma associação que estava há muito tempo adormecida, que é a ANOTER.

Hoje se encontra o nosso representante, o Secretário Geral do Paraná em Brasília, com os demais componentes da Diretoria da ANOTER, discutindo o problema da reforma agrária do nosso País, procurando, é claro, sensibilizar o Congresso Nacional para que se faça urgentemente a regulamentação da Constituição Federal do nosso País.

E, desta feita, desta forma, vou fazer a leitura da Carta do Paraná, extraída neste I Encontro, que se realizou nos dias 30 e 1º, aqui na Capital do Estado. (Lê):

"CARTA DO PARANÁ"

Os Dirigentes dos Órgãos Estaduais de Terras, reunidos em Curitiba, nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 1991, após terem analisado a atual situação nacional no campo das questões fundiárias, consideram que o esforço pela implementação da Reforma Agrária deve ser retomada como um imperativo da justiça social, da democratização da propriedade e da retomada do desenvolvimento econômico e social. A propriedade, conforme disposição constitucional, deve cumprir a sua função social.

A vontade política de ver realizada a mudança na estrutura agrária brasileira deve ser um objetivo de toda a nossa sociedade e em particular do Governo Federal e do Congresso Nacional. O atual vazío legal, sem a legislação complementar que define o processo desapropriatório, o que é imóvel produtivo e improdutivo e a pequena e média propriedades, se transforma em fator de acirramento dos conflitos sociais no campo. Do mesmo modo, não colaboram na solução dos problemas, a morosidade das decisões judiciais e os julgamentos com base em princípio que não os da justiça agrária.

Neste momento de crise na agricultura e de recessão, os conflitos sociais no campo se aguçam. Os órgãos estaduais de terras consideram que os Estados vêm arcando com o ônus da problemática social e afirmam que não estão dispostos a assumir o papel de repressores do povo. O respeito à cidadania impõe a todos a busca de soluções que atendam os direitos e expectativas do conjunto da população.

Os Órgãos Estaduais de Terras buscam alternativas tais como a aquisição de terras, a ação em comum junto ao Congresso Nacional e ao INCRA, visando acelerar o processo legislativo e estabelecer o fortalecimento dos órgãos de terras, federal e estaduais.

Certos de assumirem, neste momento de crise política, econômica e social, a iniciativa de retomar o caminho da justiça social e do desenvolvimento econômico-social, reconstituem a ANOTER - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE TERRAS.

Além desse objetivo político maior, através da ANOTER promoverão a cooperação técnica e administrativa entre as unidades fundiárias estaduais, a troca de informações entre os seus dirigentes, o incentivo, a promoção e a realização de estudos, cursos e simpósios no campo do Direito Agrário e da Legislação de Terras Devolutas, bem como dos problemas agrários, a formação de pessoal especializado nesses campos, o contato e a cooperação com as entidades federais, privadas, universitárias e internacionais vinculadas ao mundo agrário.

Curitiba, 01 de outubro de 1991.

(a) DIRIGENTES DOS
ÓRGÃOS ESTADUAIS DE TERRAS

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE TERRAS - ANOTER

Ao primeiro dia do mês de outubro de hum mil, novecentos e noventa e um, reuniram-se em Curitiba - PR, os associados da ANOTER, conforme convocação prévia na forma do art. 12 do Estatuto, com a finalidade de eleição da Diretoria para o biênio 91/93, estando presentes os dirigentes dos órgãos de terras dos seguintes Estados: Acre, Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraná, Maranhão, Amapá, Espírito Santo, Pará, Bahia, Piauí, Goiás, Santa Catarina, Alagoas, São Paulo, Mato Grosso do Sul. Não estando presentes o presidente nem seus substitutos estatutários, foi indicado para presidir a Assembléia o Dr. Vitório Sorotiuk, Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF. Aberta a palavra aos presentes foram sucessivamente indicados e eleitos por aclamação a diretoria e conselho fiscal, os seguintes associados:

Presidente: ÁLVARO OTÁVIO VIEIRA MACHADO, Presidente do Instituto de Terras de Alagoas - ITERAL;

1º Vice-Presidente; FERNANDO NILSON VELASCO, Presidente do Instituto de Terras do Pará;

2º Vice-Presidente: EULER LÁZARO DE MORAIS - Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás;

Secretário-Geral: VITÓRIO SOROTIUK, Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná;

Tesoureiro Geral: PAULO ROBERTO MEIRA, Presidente do Instituto de Terras da Paraíba;

CONSELHO FISCAL:

RAIMUNDO MAGALHÃES DOS SANTOS - Coordenador da Coordenadoria Estadual de Terras do Amapá;

BENEDITO ARISTIDES R. MATIELO - Assessor do Instituto de Terras de São Paulo; e

ANTÔNIO DE JESUS MACHADO - Presidente do Instituto de Terras do Maranhão.

Após a eleição e posse da nova Diretoria, deliberou-se em realizar reunião da Diretoria eleita na cidade de Brasília - DF nos dias 08 e 09 de outubro do corrente ano, para definição das atividades a serem desenvolvidas. Nada mais havendo a deliberar, o Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, do que eu, Harry Luiz Ávila Teles, Secretário "ad hoc", lavei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente, por mim e por todos os Associados presentes.

(aa) VITÓRIO SOROTIUK - ITCF-PR

HARRY LUIZ ÁVILA TELES - ITCF-PR

ODER JOSÉ DA COSTA GURGEL - AC

PAULO ROBERTO MEIRA - PB

PAULO ROBERTO SALUSTINO DUTRA - RN

ROSA LUIZA TEIXEIRA MACHADO - MA

PAULO ROBERTO MOREIRA LOPES - MA

RAIMUNDO MAGALHÃES DOS SANTOS - AP

RUI F. FROTA T. PIMENTEL TEIXEIRA - ES

ELIZEU DE MORAES CORREA - PR

FERNANDO NILSON VELASCO - PA

JURANDY OLIVEIRA - BA

MARCOS ANTONIO PARENTE ELVAS COELHO - PE

EUDER LÁZARO DE MORAIS - GO

FLORINDO TESTONI FILHO - SC

JOSÉ REINALDO DE SÁ FALCÃO - AL

MANOEL MONTENEGRO NETO - RN

ANTÔNIO DE JESUS MACHADO - MA

BENEDITO ARISTIDES R. MATIELO - SP

CARLOS EDUARDO MARQUES - MS

CHIMI NARITA NUNES - PI

CLÓVIS EDILBERTO D' ASSUMPÇÃO - PR

ÁLVARO OTÁVIO VIEIRA MACHADO - AL."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta foi a Carta do Paraná extraída neste encontro da ANOTER recentemente aqui na nossa Capital.

Eu gostaria que ficasse registrado nos Anais da História, o nosso requerimento, a Carta do Paraná, bem como a composição da nova diretoria da ANOTER, e também para finalizar, informando extra-oficialmente que na quinta-feira, às 8:00 horas, possivelmente quando da entrega do nosso relatório a Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, com relação à nossa Comissão Suprapartidária, possivelmente vamos receber também o projeto

de Lei do Executivo Estadual do Fundo de Terra, no que diz respeito ao nosso Estado do Paraná, onde o Governador Roberto Requião, preocupado e sensibilizado com os problemas e os conflitos existentes e algumas pendências ainda no nosso Estado, estará nos enviando a mensagem para que nós, rápido e num momento muito importante, possamos analisar e aprovar a mensagem para que o Paraná também possa dar a sua contribuição no que diz respeito à Reforma Agrária do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, o Deputado Mário Bezerra, inscrito, faz cedência do horário ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, encaminha hoje um Requerimento que nós esperamos o apoio unânime desta Casa, que trará um voto de congratulações a Comissão Pastoral da Terra - CPT, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, pela conquista do prêmio nobel alternativo concedido no dia 2/10 em Stocolmo na Suíça, a estas duas entidades.

Esse prêmio que prestigia a iniciativa de pessoas e entidades de mais de 30 Países, que contribuíram de diversas formas na defesa da vida do socialmente excluídos - esse prêmio a CPT e a MST, é um reconhecimento Internacional, de que a Reforma Agrária e a luta dos trabalhadores rurais contra a miséria e a opressão do latifúndio é a base para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Foi por estas idéias que centenas de trabalhadores, lideranças sindicais, agentes pastorais deram suas vidas, assassinadas pelo latifúndio a estes trabalhadores e aos 4 milhões de famílias sem terra é que foi dedicado o prêmio.

Neste momento de grave crise nacional, enquanto a fome, o desespero e o desemprego assolam as camadas populares, este prêmio reatualiza o grito dos despossuídos, dos deserdados do campo que clamam pelo direito à cidadania, o qual inclui a democratização no acesso à terra e condições dignas de vida.

Mais do que isso: este prêmio vem reafirmar a superação dos grandes problemas que hoje atingem não só milhões de camponeses, mas a grande maioria da sociedade brasileira. Passa, necessariamente, pela valorização dos trabalhadores em terra, dos bóias-frias, meeiros, posseiros, ribeirinhos, seringueiros, emigrantes, favelados e suas iniciativas. Na busca de reafirmarem sua condição de cidadão.

Estas iniciativas populares, infelizmente no Brasil, são completamente ignoradas e são tratadas como caso de polícia.

É interessante notar que organizações internacionais concedem uma homenagem tão importante a estas entidades que aqui no Brasil são tratadas como criminosas. É por isso que o nosso Requerimento vai neste sentido.

E como muito bem colocou e me antecedeu o Deputado Toti Colaço, o Paraná, hoje, tem um dia histórico em relação à questão agrária. Sem falsa modestia, o Poder Legislativo do Paraná, hoje, de certa forma justificou a sua função na sociedade. Nós tivemos, hoje, aqui no Paraná um acordo que envolveu duas partes: proprietário de uma área ocupada e centenas de famílias de sem-terras de outro.

Quando todos apostavam, que a ocupação na Fazenda Ibema tivesse apenas dois defeitos prováveis, de um lado a manutenção eterna daquela ocupação numa situação irregular, a paralisação da atividade industrial da empresa que se localiza naquela área, a perda dos impostos que eram gerados, os postos de trabalho que eram sustentados por aquela empresa. De outro lado, os trabalhadores e centenas de famílias permanecendo em situação irregular, aguardando ordens de despejo.

Ou de outro cenário, em que muitos advogavam a violência como solução, o envio de milhares de policiais para atacarem mulheres grávidas, centenas de crianças, o Poder Legislativo do Paraná conseguiu, no nosso entendimento, desobstruir os canais de negociação.

Conseguimos fazer sentar à mesa proprietários e acampados. Conseguimos, com a nossa ação, que os órgãos públicos responsáveis pela questão fundiária no Paraná se envolvesse nesta situação. E, com isso, logramos êxito no acordo.

Agora, se me permite o Presidente da Comissão Especial da Assembleia, é importante que fique bem claro ao Paraná que os méritos deste acordo devem ser imputados sobremaneira, em primeiro lugar, ao proprietário da área que soube se comportar como um cidadão, que teve bom senso, que soube ceder uma parte e soube compreender o problema social do qual ele acabou sendo vítima. De outro lado, fundamentalmente também, como principais responsáveis deste acordo foi o movimento dos trabalhadores sem-terra, que soube respeitar aquilo que era legítimo ao proprietário de terra, e especial soube respeitar o seu patrimônio florestal que lhe permitia tirar o suprimento de matéria-prima, para que a indústria continue suas atividades.

Termos portanto, hoje no Paraná, uma solução que, acima de tudo atenda o interesse social, de um lado a manutenção da

atividade produtiva que existia antes da ocupação; de outro lado, principal e fundamentalmente nós teremos agora centenas de famílias tendo acesso à terra, produzindo feijão, arroz, produzindo impostos e vivendo em condições dignas. Perderam aqueles que advogavam a violência.

E este mérito, tenho certeza que meus companheiros de Comissão irão permitir, este mérito cabe, basicamente, às duas partes que souberam transigir para encontrar este acordo.

Agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nem tudo são flores, no Paraná.

A questão agrária, no Paraná continua cada vez mais delicada.

Não vamos nos iludir, não vamos ficar eufóricos com esta vitória parcial do bom-senso e da paz que nós conquistamos hoje! Muito há que se fazer ainda, no Estado do Paraná.

A propósito disso, mais uma vez, nós vimos aqui nesta Tribuna, denunciar que no Estado do Paraná estão sendo formadas milícias particulares de grandes proprietários de terras, que têm o objetivo declarado de eliminar e ceifar a vida de trabalhadores rurais e lideranças.

Neste momento, em que estes movimentos ganham o prêmio Nobel, a nível internacional, pelo seu reconhecimento e pela sua luta, aqui no Paraná, infelizmente, estão se organizando verdadeiras quadrilhas de latifundiários, impunemente, que certamente não terão nunca como justificar, perante a ética e perante a Justiça, a titulação e a posse de propriedades imensas e produtivas. E agora partem para a organização de grupos e quadrilhas, com o objetivo de eliminar trabalhadores e lideranças que defendem este movimento.

Recentemente este Parlamentar fez uma denúncia perante um jornal dizendo que o Paraná estava prestes a se transformar num novo Pará, onde estes grupos armados começariam a eliminar lideranças e trabalhadores sem-terras! Nós tivemos, por parte do Governo do Estado, mais especificamente por parte do Governador do Paraná, dizendo que a nossa denúncia era um delírio, que a Bancada do PT e este Parlamentar estavam delirando quando falavam das milícias particulares. O nosso Chefe da Casa Civil disse que isso era lorota, que não existia no Paraná, etc., etc., e etc.

Nós, aliás, eu tenho aqui um requerimento, aprovado por esta Casa, mais especificamente do dia 20 de fevereiro, deste ano, enviado ao Senhor Secretário de Segurança, comunicando a ele que no Município de Ibema estavam sendo organizadas milícias privadas com aquisição de armamento pesado. Requeiri uma audiência ao Secretário de Segurança: do dia 20 de fevereiro até hoje estou esperando para ser recebido

pelo Senhor Secretário. Dizem que isso é lorota, é coisa do PT, é delírio do PT.

Pois bem, como a nossa Secretaria de Segurança Pública nenhuma providência tomara, os próprios acampados da Fazenda Ibema, resolveram entrar na sede da Fazenda - onde estavam jagunços, e lá encontraram armas pesadas. Inclusive metralhadoras. Eu tenho aqui a foto de uma metralhadora privativa do exército argentino. Essa denúncia foi feita no dia 20 de fevereiro deste ano. Está aqui a metralhadora nas mãos de um sem-terra e sendo entregue ao Secretário de Segurança. Quando o Secretário de Segurança percebeu que os sem-terras tinham feito um trabalho que cabia à pasta dele, ou seja, desarmar os jagunços, aí ele pegou o avião e foi correndo tirar as armas dos sem-terras. Talvez nas mãos dos sem-terras as armas sejam perigosas, agora, na mão dos proprietários não tem problema nenhum.

Agora, mais do que isso, a Bancada do PT, desde o dia 20 de fevereiro, todos os Deputados Estaduais e Federais estão solicitando ao nosso Governador do Estado do Paraná, uma audiência na qual nós exigimos providências imediatas para desarmar essas milícias no Paraná. E até este momento não tivemos a graça de sermos aceitos e recebidos pelo nosso Governador do Paraná.

Então, infelizmente, somos obrigados a vir a esta tribuna e registrar aqui, antecipadamente, a omissão criminosa do Governador do Estado do Paraná, que só sabe falar grosso perante as câmeras de televisão, mas que não tem coragem de desarmar essas milícias no Paraná. Nós estamos avisando o Governador. Este Deputado que vos fala, segundo me consta, recebi informações, já consto de listas negras dessas quadrilhas de latifundiários para ser eliminado. Nós estamos aqui alertando o Governo. Será que, o Governo do Estado, está esperando que jagunços que estão vindo de Goiás, entre num desses acampamentos e fuzilem com metralhadoras centenas de famílias e mulheres grávidas para daí se tomar alguma atitude!

Esse Governo que fica falando de paz na terra, que foi incapaz de resolver um conflito sequer, enquanto o que este Poder, com um pequeno esforço, encontrou a paz, encontrou o caminho pacífico para solucionar as questões.

Nós queremos então dizer ao Governo do Estado do Paraná, que não é a Bancada do PT que está delirando, nem estamos aqui, contando lorotas, as armas estão aqui, armas modernas. A Polícia Federal em Londrina apreendeu, recentemente: 3 metralhadoras, escopetas daquelas que os seriados de policiais americanos mostram - nas mãos de um fazendeiro, e tudo isso é delírio da Bancada do PT. Certamente a nossa Bancada

tem coisas mais sérias a tratar do que ficar inventando denúncias. Então quando nós fazemos uma denúncia, fazemos informações concretas. Nós não temos o hábito de ficar criando "ferreirinhas" por aí, as nossas denúncias são denúncias sérias, são comprovadas. Nós estamos alertando o Governo do Paraná. Se providências enérgicas não forem tomadas, este Estado se transformará rapidamente num novo Pará.

Talvez, eu chego a imaginar por que razão o nosso Governo não toma nenhuma providência. Na minha cidade, por exemplo, todos sabem a onde está um grande arsenal de armas nas mãos de um grande latifundiário de Cascavel, que já teve, e inclusive, a coragem de ir, nas câmeras de televisão, dizendo inclusive que, se preciso fosse ele atiraria até em crianças desde que elas estivessem em propriedades alheias e que ele estava disposto a ajudar a polícia a cumprir as ordens de despejo. Talvez o Governo do Estado não tenha interesse nenhum em retirar esse arsenal das mãos daquele fazendeiro, porque, embora ele esteja ligado à UDR, ele é um notório e contumaz financiador das campanhas do PMDB naquela cidade, talvez seja por causa desses laços afetivos e políticos que existam lá.

Então é preciso e nós queremos exigir aqui, desse Governo, uma postura clara. Não esse discurso de televisão. Essas ameaças, esse farol que se faz aí nas televisões, essa forma de falar duro, nós queremos é que o Governo deixe de falar duro mas haja com dureza, haja com muito rigor.

Não é a primeira vez que nós vimos aqui, nesta tribuna, alertar, que as questões sociais do campo não serão resolvidas com violência. Nós aqui reconhecemos que o maior responsável hoje, os dois maiores responsáveis hoje pelos problemas fundiários que temos no Paraná e no Brasil, em primeiro lugar o Congresso Nacional, que tem a sua bancada de latifundiários hegemônica naquela Casa. Este setor mais atrasado da sociedade brasileira, que impede a implantação da reforma agrária tão necessária em nosso País e que está lá, há quase três anos, com a lei complementar que regulamenta a reforma agrária engavetada. Sabemos que falta instrumento legal para a realização de uma reforma agrária. Sabemos também que o Governo Collor também está profundamente comprometido com estas forças reacionárias. Comprometido com os usineiros do Nordeste, com créditos, rolagens de dívidas fabulosas. Que quando fazem uma desapropriação, desapropriam área que é do próprio Governo para indenizar aqueles que ganharam área de graça. Sabemos disto.

Agora, o que estamos pedindo ao Gover-

no do Estado do Paraná é que não seja transformado num novo Pará. Que o Governador use o mesmo rigor que usou com os sem-terras em Londrina. Que use. Que mobilize milhares de FMs para jogar em cima de mulheres, crianças e idosos, que ele use esta mesma violência, esta truculência, esta energia, use também para desarmar estes criminosos que estão se organizando no Estado do Paraná.

Mais do que isto, estes criminosos em geral, devidamente inspirados por um grande latifundiário, por um destes produtores de pinhão que temos em nosso Estado, arregimentando um grande número de pequenos produtores, com a ameaça de que suas propriedades vão ser invadidas e deles inclusive consegue extrair dinheiro para que seja financiada a compra de armas e a manutenção de milícia.

É isto que estamos pedindo ao Governador do Estado do Paraná. E faço aqui um apelo ao ilustre Deputado Toti Colação que irá representar a comissão desta Casa na audiência com o Governador do Estado do Paraná, de que nós, do PT, estamos aguardando a audiência que solicitamos ao Governador do Estado.

Nós não vamos lá pedir favores ao Governo, não vamos pedir cancelamento de multas de empresa, nada disso. A Bancada do Partido dos Trabalhadores quer conversar com o Governador assuntos de interesses da nossa sociedade e nós com a representação que temos dos trabalhadores temos o direito e a legitimidade de expor ao Governo as nossas preocupações com relação à segurança do nosso Estado.

É por isso que nós achamos que ao invés desse Governo que tem manifestado tanta competência em infiltrar policiais dentro de ocupações, fotografar lideranças, fazer relatórios que não se sabe nas mãos de quem vai chegar se é do Governo ou das milícias, que esse Governo use este competente serviço de espionagem que possui para identificar os ninhos de armas pesadas que temos no Paraná. Nós inclusive estamos dispostos a contribuir com muitas informações. Agora o que nós pedimos definitivamente é que cessem essas propagandas de "out-door", que cessem esse discurso da boca para fora na televisão, porque eu preendo, arrebento, vou mandar para o Ahú e nada acontece.

Fica feio, fica muito feio ao Secretário de Segurança receber a pecha de incompetente, e receber das mãos dos sem-terras as armas, olhem essa cena aqui, isso é uma vergonha para o Paraná, o Secretário de Segurança recebendo das mãos de um sem-terra uma metralhadora que tomou de um pistoleiro, quando estava avisado há seis meses dessas metralhadoras e não tomou providências. Isto é uma prova de incompe-

tência, se não é de incompetência é de covardia, porque saber, sabia onde estavam as armas, se não foi lá é porque não teve peito, o mesmo peito que eles sabem demonstrar, a mesma força quando atacam famílias de sem-terra que só têm enxadadas e foices como armas para se defender.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças com a palavra o Deputado Ademair Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Disse Abraão Lincoln:

"Pode-se enganar alguns por todo o tempo,

Pode-se enganar todos por algum tempo, Mas não se pode enganar todos por todo o tempo!"

São palavras magistras que nunca perdem a força e sempre representarão o forte apelo aos insensatos e aos demagogos, por alertarem que não se pode enganar o povo para sempre com o discurso fácil e irresponsável.

As atitudes duvidosas do Governador do Estado, acusado, inclusive na imprensa, em dias passados de permissividade com os invasores de terras, faz contraponto com as ameaças veementes com que agride proprietários que demonstrem intenção de reagir, abandonados pela justiça, impotente para fazer apoiar em força policial as suas decisões.

Não que apoiemos a violência, ela é sempre injusta e cruel, parta de onde partir. Mas, indiscutivelmente, causa espécie a truculência do Senhor Governador ao enfrentar o funcionário público desarmado, o proprietário de uma fazenda invadida, quando comparada com complacência com que trata o invasor, ou os seus auxiliares que, segundo denúncias, não apuradas, têm contribuído para que as invasões recrudescam em nosso Estado.

A ordem pública tem que ser garantida pelas autoridades competentes, não como um favor ou concessão, mas como um imperativo constitucional a que estão todos obrigados. Principalmente aqueles que receberam do povo um mandato para dirigir a coisa pública e zelar pela ordem das coisas.

Seja qual for a justificativa, a invasão violenta de propriedade particular não é o caminho que o Brasil procura em busca da paz e da justiça social. E não serão os interessados, sejam eles trabalhadores sem-terra, ou proprietários, que terão um mandato, de Deus ou do Povo, para fazer justiça pelas próprias mãos. Não há justiça quando não

há garantia dos direitos previstos na Constituição. Como também não será, por certo, justiça aquela aplicada pelas partes interessadas, sem o abrigo do apoio popular e das leis.

A contradição a que se expõe o Senhor Governador ainda mais se acentua quando verificamos que, em Edital de Licitação, datado de 04 de Setembro, o Banco do Estado do Paraná coloca à venda quase 3.000 alqueires de terras férteis localizados nos municípios de Sinop e Piratininga, no Estado do Mato Grosso.

Em entrevista coletiva concedida no dia 30, próximo passado, nesta Assembleia Legislativa, por ocasião da entrega do Orçamento para o próximo exercício, o Senhor Governador manifestou a esperança de que fosse criado o Fundo de Desenvolvimento Agrário do Paraná, a ser capitalizado com TDA's (Títulos da Dívida Ativa) a serem obtidos através do INCRA, e que proporcionaria recursos para aquisição de aproximadamente 44.000 hectares de terras, com que pretende resolver o problema agrário do Paraná.

Ora, Senhor Governador, toda a caminhada, por mais longa que seja, inicia-se por um primeiro passo. Promessas mirabolantes de se resolver o problema agrário, com uma única tacada, nos parece demasiadamente inconsciente. Seria o mesmo que prometer aniquilar com a inflação de uma só vez.

Os graves problemas nacionais não se resolverão, por certo, por um passe de mágica, mas sim, através de um trabalho incessante, antidemagógico, que, é óbvio, não dará resultados instantâneos. Partindo dessa premissa, Senhor Governador, por que não utilizar os 3.000 alqueires, que equivalem a 7.200 hectares de terras, pertencentes ao BANESTADO, para dar início a um processo de colonização, patrocinado pelo Governo, onde se assentariam as famílias de sem-terras paranaenses, providas de assistência técnica e financeira do Governo do Estado e que contaria, por certo, com o respeitável aval do Governo Federal.

Este seria, sem dúvida, o caminho correto, uma vez que propiciaria ao trabalhador sem-terra e ao proprietário rural que tem os seus direitos assegurados pela Magna Carta, maior justiça. E, assim se procedendo, pela primeira vez, no conturbado campo da justiça social, seria deixado de lado, especificamente no ambiente rural, a tão insuportável demagogia, as promessas fáceis que dificilmente são cumpridas em troca de uma atitude positiva, que produziria reflexos imediatos no bem-estar social.

Tal atitude, por certo, irá propiciar uma amenização no clima de tensão que volta a se instalar em nosso Estado, com

ameaças de novas invasões, incentivadas se não diretamente, pela falta de uma atitude firme e responsável, dos órgãos do Estado envolvidos, e pela posição ambígua do Senhor Governador, que promete rigor para com os invasores, perante a "mídia", mas não tomou até hoje, qualquer atitude firme no sentido de solucionar o problema.

Este fato nos traz ainda maior preocupação, quando recordamos, que o próprio Governador, enquanto Deputado, apresentou perante esta Casa, um projeto de lei, que tomou o n° 101/81, e que eu tenho nesse momento o prazer de poder tornar público aos Parlamentares que hoje ocupam uma cadeira nesta Casa e aqueles que com certeza no passado, estiveram na companhia do ex-Governador, por certeza têm lembrança.

Diz o projeto do Senhor Governador (Lê):

"Estabelece a concessão de direito real de uso para terras públicas urbanas e regulamenta o procedimento.

Art. 1° - Todo aquele que, não tendo propriedade imóvel alguma, instalar sua moradia habitual, por um ano, em construção de qualquer espécie, como barraco, tapera, edificação de alvenaria ou alguma outra, em terra estadual, pública, urbana, baldia e não aplicada a qualquer uso público, adquirirá sobre ela, até o limite de 200 m², direito real de uso perpétuo e gratuito."

Ora, Senhores Parlamentares, felizmente esse projeto foi rejeitado nesta Casa, porque viria com certeza a estimular ainda mais as invasões de terra, hoje já prática existente neste Estado, que infelizmente não tem o comando para que isto não aconteça por parte do Senhor Governador do Estado.

Nestas condições, este Deputado encaminha à apreciação do Plenário, requerimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de que se mande deixar sem efeito o Edital de Concorrência Pública n° 002/91, do Banco do Estado do Paraná, no que diz respeito aos lotes n.ºs 11 e 12, que trata das áreas rurais anteriormente referidas, que serão destinadas à colonização por agricultores paranaenses.

Pego a manifestação dos Senhores Parlamentares, no sentido de realmente aprovarmos este requerimento, para que, a partir do exemplo do Governador do Estado do Paraná, possamos começar o nosso projeto de colonização, porque não dizer em terras que estão no Mato Grosso com famílias paranaenses.

Só assim o Senhor Governador do Estado do Paraná, realmente colocará em prática o seu discurso, porque o seu discurso está muito distante da prática como Governador.

O Sr. José Tavares - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Deputado Ademar Traiano, eu queria apenas aduzir aî ao seu pronunciamento, uma reflexão que eu estava aqui fazendo, que é a seguinte.

O grande problema, eu acho, da humanidade, é que os governantes - e não tem como ser diferente - são pessoas, são seres humanos e como tal eles são falíveis de erros, de equívocos, de posições dúbias, de acertos e de uma série de outras manifestações naturais do ser humano. Veja Vossa Excelência, como é difícil realmente.

Governar um Estado como o Paraná é um privilégio. Hoje alguém já disse aqui que se o Governador não tomar providência urgente, isto aqui vai virar num segundo Estado do Pará.

Pelo amor de Deus, pelo amor de Deus!

O que o Pará tem em comum com o Paraná são as iniciais do seu nome e a fertilidade da sua terra - e eu diria também a generosidade de parte do seu povo. Mas não podemos jamais querer confundir o Paraná com o Pará, sobretudo nesta questão fundiária.

O Pará é um Estado que tem os maiores e mais graves problemas fundiários do Brasil, mas aonde eu quero chegar, é que Vossa Excelência quer do Governador uma solução eficiente e rápida para se coibir as invasões. Invasão é problema do Código Penal, é problema da polícia, é problema do Ministério Público e é problema da justiça.

O PT cobra o contrário. O PT quer que o Governador dê cobertura para as invasões. Então, é muito difícil para o ser humano, chefe de família, que foi eleito pela maioria da população do Estado, agradar os dois lados. É muito difícil. Seria muito bom se ele conseguisse agir de tal maneira que pudesse agradar os invasores, agradaria o PT e agradaria os proprietários, no caso os que têm o direito constitucional à propriedade e que eu também defendo. Portanto, é muito difícil.

Deixo essas colocações aqui para reflexão de Vossa Excelência e para reflexão da Casa.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Agradeço a participação do nobre Deputado, por quem tenho grande respeito. A sua participação enriqueceu de forma especial o nosso pronunciamento. Com muita propriedade colocou o nobre Deputado que errar é humano e eu reconheço isso.

Errar é humano, mas reconhecer, continuar errando, realmente não podemos, de forma alguma admitir, porque o Senhor Governador, quando Deputado Estadual, foi o

mentor desse projeto e previa naquela oportunidade, defendia realmente, que todo o cidadão que ocupasse um espaço em terras públicas, poderia usar esse direito para sempre. E tenho consciência de que realmente, o problema das invasões de terras é uma coisa constitucional.

Admito isso, nobre Deputado, mas reconheço que o Senhor Governador do Estado, incumbido da missão de zelar pelo bem deste Estado, deve tomar medidas cabíveis para que isto realmente não ocorra. Não é perfeitamente isso que eu disse no meu discurso.

Na verdade, o que nós queremos, é que o Senhor Governador anule o Edital para a venda das terras no Mato Grosso, e comece já um processo de colonização e assentamento de famílias paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o PL.

(Declina).

Está com a palavra o PFL.

(Declina).

Está com a palavra o PRN.

Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Pares.

O que me traz a esta tribuna hoje, é mais uma vez a preocupação para que o Estado do Paraná não perca o que lhe é de direito e eu diria que eu entendo a preguiça, entendo o descaso, entendo o desinteresse, mas não entendo no Parlamentar, a omissão.

Hoje trago a todos os Pares o mapa mais recente, mapa que muito poucas pessoas têm no Estado do Paraná - acredito que não mais de três - com a real posição dos poços de petróleo do Estado do Paraná, porque realmente os três poços de petróleo estão no Estado do Paraná e nós ainda não conseguimos conversar com o Senhor Governador para que ele se engaje abertamente na campanha do petróleo, que é mais nosso do que de ninguém.

Lendo um jornal de muita circulação, no domingo, me preocupei, porque o Instituto de Engenharia do Paraná também está preocupado com a disputa entre o Paraná e Santa Catarina, e num trecho, diz o seguinte (Lê):

"O pedido de revisão do parecer do IBGE sobre a jurisdição dos poços de petróleo do litoral, favorável ao Paraná, entregue pelo Deputado Germano Vieira, de Santa Catarina, ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, pode enfraquecer o movimento conjunto dos dois Estados para aproveitamento do gás natural, na área de abrangência do Paraná e Santa Catarina."

A opinião é do Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, Nei Fernando de

Azevedo. Estão desviando a discussão. O que me preocupa, é que há menos de 14 dias, o Estado de São Paulo inaugurou um gasoduto, ligando a cidade de Cubatão à Capital de São Paulo. Estão tranquilos e corre pelos corredores da FIESP, no Estado de São Paulo, que o gás, que é do Paraná, será acoplado ao Poço de Anchova e ao Poço de Merluzza. Todo o nosso gás será repassado ao Estado de São Paulo.

Ora, o que nós queremos, é que realmente, uma comissão - que já foi composta aqui nesta Casa - tenha acesso ao Governador do Estado para que, definitivamente, nós brigemos pelo nosso petróleo.

Minha gente, o que está acontecendo é uma real omissão do Poder Legislativo - não de todos os Deputados - mas nós precisamos, urgentemente, brigar por aquilo que é nosso. O petróleo é nosso e só não virá se nós não nos mexermos.

Espero realmente que, em 8 de outubro, nós, através de um pedido que fazemos ao Líder Orlando Pessuti, marque imediatamente essa reunião, para que o Paraná não seja mais lesado, não seja mais esquecido, e que realmente definamos o interesse do Governo junto à PETROBRÁS, no que se relaciona ao gasoduto, pois o oleoduto já está definido para Santa Catarina.

Pego a reflexão de todos os Senhores Deputados, para que não tenhamos que amargurar mais uma derrota para o Estado do Paraná, uma mesma derrota que os Deputados Federais nossos tiveram em Brasília, quando aprovaram o pior orçamento da União para o Estado do Paraná.

Por isso nós não devemos seguir o exemplo dos nossos Deputados Federais, e sim batermos na mesa e fazermos com que todo o Paraná mexa-se, principalmente o Governador Roberto Requião.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Eu pediria a Vossa Excelência, e nós já estivemos conversando a respeito disso, tendo em vista que a solicitação dessa audiência partiu daquele seminário desenvolvido pela Assembleia Legislativa, sob a Presidência do Deputado Anibal Khury, com coordenação do Doutor José Carlos Gomes de Carvalho, e naquela ocasião ficou meio indefinido - pelo menos até o momento em que nós estávamos lá - os nomes que integrariam esta Comissão.

Pediríamos que isso fosse encaminhado, para que nós pudessemos levar ao Governador a solicitação de audiência, sabendo, evidentemente, quem são os integrantes desta Comissão, para que ele possa também tomar as providências que julgar necessárias.

Comunico ainda a Vossa Excelência, que em conversa com o Governador, ele nos in-

formou que por estes dias, em questão apenas de agenda dele próprio e do Presidente da PETROBRÁS, essa autoridade federal deverá vir ao Paraná para, juntos, percorrerem esses poços de petróleo que estão perfurados na costa paranaense e na costa do Estado de Santa Catarina, integrantes da Bacia Petrolífera de Santos, ocasião em que será desenvolvido todo um trabalho de persuasão, um trabalho de convencimento no sentido de que o Paraná não seja prejudicado. Porque a grande luta que Vossa Excelência desenvolve e outros paranaenses interessados no assunto do petróleo do Paraná, como gás, gasoduto diz respeito à base de apoio a esses poços, a essas unidades petrolíferas.

E, pelo que constam das informações extra-oficiais que se tem, é que a intenção deste pessoal ligado ao Governo Federal é de que a base de apoio se instalasse na Ilha de Florianópolis, na cidade de Florianópolis, o que vem a contrariar violentamente os interesses do Paraná.

Quanto às questões de oleoduto, gasoduto, esta ainda é uma questão que se está definindo. Agora, com relação à base de apoio, existe uma inclinação de que venha se instalar em Florianópolis, com o que evidentemente, nenhum de nós, e nem o Governador concorda, e já manifestou a sua posição a respeito.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu gostaria de pedir ao nobre Líder Orlando Pessuti, que independentemente de nomes, marcasse a reunião, pois nomes conseguimos em cinco minutos, é importante que se marque essa reunião e que se defina, e que o Governador Roberto Requião empunhe esta bandeira em prol do gás que é nosso, do petróleo que também é nosso.

O Sr. José Tavares - Deputado Fregonese, parte do que pretendia oferecer como aparte a Vossa Excelência, o Líder já o fez.

Mas gostaria de aduzir o seguinte.

Quando Vossa Excelência coloca, e sei que colocou sem nenhuma má intenção, a questão da omissão dos Deputados Federais com relação à questão orçamentária, Vossa Excelência afirma que deixou-se que se aprovasse o menor orçamento do Paraná na história, gostaria de dizer o seguinte: não houve aprovação nenhuma.

Na realidade, o que houve foi o envio, por parte do Executivo Federal ao Congresso Nacional, para a proposta orçamentária do ano que vem. E esta proposta está na Comissão de Orçamentos. A ela foram oferecidas emendas. E o Paraná, através de seus Deputados, e também através do Governo naquilo que lhe compete, ofereceu emendas

dentro do prazo hábil para serem analisadas, discutidas e votadas pelo plenário da Comissão de Orçamento. O que não ocorreu até agora. Inclusive o parecer preliminar do relator geral nem sequer foi apreciado pela Comissão de Orçamento, em razão das dificuldades político-partidárias que ela vem sofrendo nos dias de hoje.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Para encerrar, Sr. Presidente.

Eu agradeço o aparte do Deputado Tavares. Realmente eu cometi um equívoco no que se refere a 91, pois no ano de 90 fomos premiados com o pior orçamento da União, novamente. E pelo fato de nós sermos sempre os últimos, a gente acaba se acostumando negativamente.

Então, eu o agradeço e espero, realmente, que os nossos Deputados Federais batam na mesa e mostrem que o Paraná não deve jamais se tornar um Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Ontem esta Casa por iniciativa do Deputado Rafael Greca, aliás, uma iniciativa feliz, testemunhou o lançamento do selo que comemorava o centésimo aniversário da primeira Constituição Republicana. Realmente foi um momento de rara felicidade desta Casa ao se resgatar a História Constitucional do nosso País.

Venho à tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, exatamente para falar a respeito da História Constitucional Brasileira, mais especificamente para falar da nossa Constituição que nesta semana completou três anos de vida. E gostaria de iniciar dizendo que durante a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional Constituinte, foi um discurso único em todo o Brasil por parte dos pretendentes a uma cadeira naquela Assembleia o fato de que o Brasil precisaria urgentemente votar uma nova constituição brasileira, tendo em vista que a que estava em vigor era produto de imposição dos governos militares, era outorgada e ela abrigava em seu seio inúmeros dispositivos absolutamente antidemocráticos e completamente destoantes do que pensava a Nacionalidade Brasileira naquela oportunidade. E com este encaminhamento de proposta o Brasil elegeu os seus Constituintes e eu tive a honra de ser um dos 305 Constituintes brasileiros eleitos pelo PMDB, durante os trabalhos que duraram dois anos, trabalhos aliás exaustivos, extremamente consativos e lamentavelmente pouco reconhecidos por uma

grande parcela da sociedade brasileira, nós pudemos ao cabo desses dois anos, depois de ouvirmos incansavelmente todos os segmentos da sociedade brasileira que se quiseram ouvir nós elaboramos um texto de Constituição.

Como é que tudo aconteceu: inicialmente pensávamos - e esse meu pronunciamento tem como finalidade homenagear essa Constituição que completa agora três anos, - em começar tudo através de um texto que pudesse ser encaminhado à Assembleia Nacional Constituinte. Esse texto foi elaborado por um grupo chamado de "notáveis", mais ouvindo o clamor da sociedade brasileira, a primeira coisa que as lideranças maiores naquela Assembleia fez foi exatamente deixar de lado esse texto que a Assembleia foi proposto e começamos como queria a sociedade brasileira, numa demonstração de absoluto respeito a ela, começando desde o Regimento provisório até o Regimento definitivo e iniciando os trabalhos em cima de textos de esboços, começamos exatamente através de propostas que nos chegavam dos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira.

A Assembleia Constituinte foi dividida em 8 Comissões e 23 Subcomissões. Inicialmente iniciou-se os trabalhos pelas Subcomissões. Eu tive a oportunidade de presidir uma dessas 23 Subcomissões, aquela que cuidou das questões relativas as Instituições democráticas em nosso País, começando pelo papel das Forças Armadas, papel Constitucional muito discutido no seio daquela Assembleia, passando pelo estado de Sítio, pelo estado de emergência, indo pela segurança pública, definindo o seu conceito, dizendo quais os órgãos que pela primeira vez na Constituição Brasileira, compunha a segurança pública em nosso País.

Outras Subcomissões foram organizadas, depois de exaustivos debates e discussões do âmbito dessas 23 Subcomissões, nasceram então as 8 Comissões temáticas, cada uma abrigando 3 Subcomissões.

E a partir daí é que se nasceu o primeiro texto, o primeiro projeto, o primeiro esboço de um Projeto de Constituição para o País. E foi exatamente na Comissão de Sistematização onde todas as propostas de emendas chegadas dos parlamentares ou da sociedade civil, foram elencadas, foram decifradas, foram discutidas, e, finalmente votadas, para depois e somente depois nós votarmos o primeiro, que seria o primeiro projeto de Constituição para o Brasil, após a votação da Comissão de Sistematização, fomos para o grande plenário onde lá então todos os Constituintes eleitos livremente pelo povo brasileiro, pôde discutir exaustivamente e novamente ouvindo todos os segmentos sociais interessados

e ao cabo desse trabalho é que se realmente aprovou esta que é a Constituição da República Federativa do Brasil.

Gostaria e rapidamente Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, destacar alguns dispositivos desta Constituição, que aliás nestes dias de hoje, de um certo lado ela vem sendo justificada e de outro lado ela vem sendo mal compreendida, eu diria até injustificada. Começaria destacando Senhor Presidente, que o que me levou para a política foi o fato de nós vivermos na época da década de 70 um estado absolutamente de desorganização democrática. O Brasil vivia sobre a égide de um Regime Autoritário, um Regime Militar, um Regime que não observava as Leis, um Regime que não respeitava as liberdades. Daí nasceu então as necessidades de lutarmos pelo restabelecimento do estado de direito democrático. Mas, tínhamos a convicção de que nada adiantaria, num estado autoritário, recuperamos alguns espaços perdidos, sem que estes espaços estivessem substanciados, assegurados num texto constitucional.

Por isso, o restabelecimento do estado de direito democrático foi, a meu ver, o grande momento da Assembleia Nacional Constituinte e o grande momento desta que é a Constituição que todos nós juramos cumprir.

Destacaria, dentre os seus nove títulos, o segundo deles: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Destacaria, Senhor Presidente, o Capítulo I dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, a começar pelo seu inciso X, que diz o seguinte: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

Vejam Vossas Excelências a importância de um dispositivo como este ser inserido na Constituição da República, sobretudo num País como o nosso, que infelizmente não respeita a privacidade e a honra das pessoas.

Destacaria, o artigo seguinte, que manteve e avançou um pouco mais o Princípio de que a casa é asilo inviolável do indivíduo. "Ninguém nela podendo penetrar, sem consentimento do seu morador, salvo em caso de flagrante delito, ou desastre ou para prestar socorro ou durante o dia, por determinação judicial".

Destacaria também o inciso XVIII, que diz o seguinte: "A criação de associações, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento".

Destacaria o inciso XXII, que fala exatamente, Deputado Traiano, sobre a garantia do direito à propriedade. Um dos

dispositivos mais polêmicos da Constituinte. Um dos que mais exigiram discussão e análise dos Constituintes, e que felizmente foi consagrado na Constituição de maneira clara e limpa.

Destacaria, também, o inciso XXIV, que diz que: "A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro". Em dinheiro! E não em títulos da dívida agrária, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

Poderia Senhor Presidente, citar uma infinidade de incisos...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo mais dois minutos a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado.

Mas, o tempo não me permite. O meu objetivo é apenas não deixar passar em branco o 3º aniversário desta Constituição, que a cada dia, eu tenho certeza e sinto isso, o povo brasileiro começa a reconhecer a sua grande bíblia de proteção. Sobretudo num momento como hoje, em que o Governo tentou, por várias razões, e de várias formas, alterá-la substancialmente, começando com uma proposta de 40 artigos e culminando agora nestes dias, com uma proposta de pouquíssimos artigos, porque ele sabia que da maneira como ele pretendia, o Congresso Nacional não iria, de maneira alguma, aprovar a sua Emenda.

Gostaria, também, Senhor Presidente, de dizer que ainda neste Título de Direitos e Garantias Fundamentais, no Capítulo dos Direitos e Deveres Individuais, nós mantivemos o Instituto do Habeas Corpus. E nem poderia ser diferente. Mantivemos o Instituto do Mandado de Segurança e inovamos criando o Mandado de Segurança Coletivo, através do qual entidades devidamente representadas podem requerer mandado de segurança para assegurar direito líquido e certo.

Destacaria um outro dispositivo, que não fez parte de nenhuma Constituição, que é aquele que assegura a qualquer cidadão brasileiro o direito de propor ação popular quando se julgar com algum direito público lesado. E o Brasil tem sido testemunha da grande quantidade de ações populares que têm dado entrada nos nossos Tribunais, para tentar coibir abusos de determinadas autoridades.

Destacaria também o Capítulo dos Direitos Sociais, um dos capítulos mais avançados de todas as Constituições do mundo inteiro. É aquele que procurou sim, colocar todas as formas de direitos da sociedade brasileira. E nem poderia ser diferente: uma Constituição é para proteger os direitos da sociedade, dos cidadãos,

dos homens, das mulheres, das crianças, dos idosos, das minorias reprimidas; é para isso que existe uma Constituição como Lei maior, como matriz das Leis, geradora de todas as Leis, e sob a qual todos nós devemos nos submeter!

Por isto este Capítulo dos Direitos Sociais, que para alguns poderia ser o capítulo dos direitos e de poucos deveres, não poderia ser diferente, porque a Constituição existe exatamente para isto, para regular o poder do Estado e para assegurar ao mais humilde dos cidadãos o direito elementar à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, à previdência, à escola, e à qualquer outro bem de interesse individual e coletivo!

Destacaria também, Senhor Presidente, e nós, como políticos não poderíamos, nesta hora, ignorar o Capítulo que trata da nacionalidade, dos direitos políticos, até então desrespeitados, agredidos! E Vossa Excelência foi vítima de atos institucionais e perdeu o seu mandato, durante 10 anos, sem ter o direito sequer de participar da vida política brasileira!

Destacaria o título que trata da defesa do Estado, e das instituições democráticas - aqui por mim já mencionado - porque foi onde tive a oportunidade de dar a minha contribuição, como profissional da segurança, procurando, pela primeira vez na Constituição Brasileira, um capítulo inteiro destinado à Segurança Pública de nosso País.

Tentei, é bem verdade, tentei, mas não consegui - aliás, tentei muita coisa na Constituinte e como eu, muitos tentaram e não conseguiram - unificar as Polícias, mas o "lobby" das duas Polícias, mais acentadamente da Polícia Militar e do Exército, foram mais fortes do que o interesse nacional, e a Polícia não foi unificada!

Outro capítulo, Senhor Presidente, para concluir, é aquele que trata das receitas públicas do sistema tributário nacional.

Rapidamente, se Vossa Excelência me permite, nós temos aqui inúmeros ex-Prefeitos, e num momento como este, que querem suprimir receitas dos municípios, nós não poderíamos, de maneira alguma ficar silenciosos a esta tentativa, porque o que se fez na Constituinte, em termos de reforma tributária, foi o que nós deveríamos fazer com o produto da organização, da mobilização de municipalistas de todo Brasil, e o Paraná foi vanguardeiro nesta caminhada rumo à Brasília!

E neste Capítulo ficou mais do que assegurado alguns avanços, Senhor Presidente, nas receitas municipais, a começar pelo que dispõe o Art. 158, que diz o seguinte (Lê):

"Pertencem ao Município:

1 - o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem."

Nunca, nunca numa Constituição, no Brasil, um princípio como este foi consagrado, isto aqui era gerido e manipulado de acordo com o governante do dia! Agora não tem mais isso, está na Constituição Brasileira, e para não fazer isso aqui, somente suprimindo este dispositivo!

Um outro dispositivo que diz o seguinte (Lê):

"...50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, sobre os imóveis nela situados", para os municípios também não figurava em Constituição!

Um terceiro inciso: "50% do produto da arrecadação do imposto do Estado, sobre a propriedade de veículos automotores" (a antiga TRU, que não ficava nada com os municípios), 50% de toda a arrecadação do imposto arrecadado sobre a propriedade de veículos automotores, serão repassados automaticamente para os municípios.

E ficaria aqui, Senhor Presidente, a destacar uma série de outras vantagens e avanços que a Assembleia Nacional Constituinte consagrou nesta Constituição, que foi muito bem cognominada pelo Presidente Ulysses Guimarães como a "Constituição Cidadã".

Por esta razão é que senti ser meu dever, como constituinte brasileiro, vir à tribuna da Assembleia Legislativa - que um dia servi, por quatro anos, com muita honra - para registrar nos Anais desta Casa a nossa homenagem à Constituição da República Federativa do Brasil, outorgada no dia 05 de outubro de 1988.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago hoje a essa Assembleia, a boa notícia (Lê):

"Finalmente o bom senso e a razão prevaleceram. Depois de 30 meses de luta, o BRDE reassume o seu papel na economia da Região Sul, como órgão de fomento. Esta conquista é, sem dúvida, resultado da luta de toda a sociedade do Sul, que se uniu e sensibilizou aqueles a quem cabia a definição do futuro do Banco: os três Governadores.

A batalha começou efetivamente em outubro de 1989, quando com uma comissão de

Deputados desta Casa, estivemos em Florianópolis para, em conjunto com Parlamentares de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, discutirmos os destinos do BRDE, naquela oportunidade ameaçado de extinção. Traçaram-se as estratégias de ação que começavam a ser implementadas e que visavam, antes de mais nada, ao convencimento sobre a importância desse Banco.

Em diversas oportunidades, subimos a esta tribuna, levantando a discussão sobre o assunto. O BRDE passou a ser tratado com mais determinação e as ações foram mais incisivas.

Os Governadores, que assumiram em 15 de março de 1991, estudaram a questão e entenderam que não podiam simplesmente privar a economia da Região de um órgão tão importante, saneado, e com a estrutura enxuta e pronta para operar, justamente no momento em que toma forma definitiva o MERCOSUL; compreenderam eles, que o BRDE é imprescindível para a nossa economia e expressaram essa ideia na Resolução nº 447 do CODESUL, de 12 de junho de 1991.

No último mês de setembro, subimos mais uma vez a esta tribuna, para reavivar ainda mais esta luta, pois embora cansados de brigar, não estávamos desanimados e acreditávamos, como sempre acreditamos, no BRDE.

Finalmente, ontem, os três Governadores materializaram sua decisão de manter o BRDE. Em reunião do CODESUL, em Florianópolis, assinaram a Resolução, cujo teor passo a ler na íntegra, para conhecimento de meus Pares.

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - CODESUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Atos Constitutivos do Sistema CODESUL/BRDE, em reunião na Cidade de Florianópolis, em 07.10.91,

RESOLVE:

Apoiar a permanência do BRDE, definindo como diretrizes para tanto:

- a solução de forma definitiva da contingência trabalhista da instituição;

- a adoção de uma administração profissional e de uma estrutura voltada às características da economia real de cada Estado, com ênfase à condição de agente financeiro das políticas de desenvolvimento da Região;

- a inibição do Banco para a concessão do crédito ao setor público dos Estados-Membros, inclusive suas administrações indiretas;

- o equacionamento das dívidas dos Estados, inclusive das administrações indiretas, junto a instituição;

- a reintegração do BRDE como agente repassador de recursos federais e espe-

cialmente do sistema BNDES/FINAME;

- o funcionamento do BRDE como agente técnico-financeiro de integração do MERCOSUL.

Florianópolis, 07 de outubro de 1991.

(aa) Governador ALCEU COLLARES

Presidente

Governador ROBERTO REQUIAO

Vice-Presidente

Governador VILSON KLEINUBING

Vice-Presidente

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez este Legislativo provou que a nossa missão extrapola o âmbito desta Casa. Nós devemos nos unir aos demais Pares para, numa ação conjunta, independente de credos políticos, lutar pelos interesses de toda a sociedade. A volta do BRDE nos mostra mais que ações políticas podem ser usadas para o interesse de todos.

Ainda na semana passada, quando da vista à esta Casa do Ministro para Assuntos Extraordinários, Carlos Chiarelli, solicitávamos a ele a necessidade de reativar o BRDE e Sua Excelência nos dizia da importância do BRDE, especialmente agora, com a criação do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL. Por isso, iria também incentivar os Governadores no sentido da reativação do Banco.

Como disse no início do meu pronunciamento, o bom senso prevaleceu.

Esse resultado de ontem em Florianópolis, teve também como ponto de partida, a luta dos funcionários do Banco que, mesmo com seus empregos garantidos, assumiram a luta da manutenção deste Banco. Eles estavam aqui quase todos os dias, o João Brunieri, a Lindamir Quéch, o Luiz Antônio Rubim, o Odilon Bremer. Hoje estão aqui mais uma vez.

Aqui estavam batendo de gabinete em gabinete; participando de comissões; indo até Porto Alegre; indo a Florianópolis; a Brasília; no sentido de convencer as autoridades da importância da reativação deste Banco, nos fornecendo informações, pesquisas, números, para que pudessemos também participar desta luta.

O amor pela instituição a que pertencem, valeu a pena pela luta, pela conquista e pela reativação do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul.

O Sr. Neivo Beraldin - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, apenas gostaria de, ao ouvir o seu entusiasmo no discurso da tribuna na tarde de hoje, quando coloca com muita alegria a volta do BRDE, evidentemente que compartilhamos desta alegria.

Mas gostaria de lembrar a Vossa Exce-

lência, que o Paraná não é devedor. Não desviou os recursos do BRDE, como desviou o Estado de Santa Catarina e o Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, o Ministro Chiarelli tem motivos suficientes para comemorar e pedir que volte a funcionar o BRDE.

É evidente. O Rio Grande do Sul desviou recursos, como fez Santa Catarina. E o Paraná pagou suas contas em dia. Este detalhe é preciso que Vossa Excelência busque para não comemorarmos com tanta euforia. Para sabermos exatamente como ficaram as contas dos três Estados na participação deste Banco que é comum a todos nós.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte do Deputado Neivo Beraldin.

Mas quero crer que os três Governadores, quando sentaram ontem em Florianópolis, devem ter tomado uma decisão a respeito de dívidas e valores. O que importa em verdade aqui, é que a Região Sul não poderia ficar sem este banco de fomento.

Já perdemos o BADEF por uma estratégia totalmente errada do ex-Governador Álvaro Dias, e o Paraná paga caro por isto hoje.

O Sr. Rafael Greca - Permite um aparte? (Assentimento).

Só para me associar ao seu júbilo e dizer que a manifestação do Deputado Neivo Beraldin se deve ao seu papel de colifeu do coqueiro do BADEF e do BRDE que foi o Governador Álvaro Dias.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, fica aqui, portanto, os nossos cumprimentos ao Governador do Estado que teve a sensibilidade que atendeu ao apelo dos funcionários do BRDE e sentiu da importância do BRDE para a região Sul, especialmente para o Estado do Paraná, no momento que se cria o Mercado Comum do Sul, o MERCASUL.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Decreto Legislativo n.

008/91, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton César, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa ouviu com atenção o pronunciamento do Deputado Toti Colaço, Coordenador da Comissão de Terras que foi verificar juntamente com outros Deputados a situação dos posseiros e espera de Sua Excelência o relatório que deverá apresentar para o conhecimento de toda a Assembléia.

O SR. TOTI COLAÇO - (Pela Ordem) Gostaria de fazer uma retificação, porque na verdade a intenção da Comissão é colocar em Plenário possivelmente, amanhã à tarde para quinta-feira por determinação da Casa, de Vossa Excelência nós colocarmos para o Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço a Vossa Excelência.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 198/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que altera o Artigo 2º, da Lei n. 6470, de 22.10.73, acrescenta parágrafos e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em n. de 02 (duas), uma de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, devidamente apoiada e outra de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Ademar Traiano, Antônio Annibelli e Plauto Miró Guimarães, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 198/91
Dá-se nova redação ao art. 3º do Projeto de Lei n. 198/91, nos seguintes termos:

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

Apoio:

Heinz Herwig, Lourenço Fregonese, José

Alves e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa tornar exequível a proposta apresentada pelo Douto Parlamentar Rafael Greca, pois, só após constar a mudança pretendida, no Orçamento para 1992, é que tornará possível o Projeto de Lei em questão.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 02

O artigo 1° do Projeto de Lei n. 198/91, passa a vigorar na seguinte redação:

"Art. 1° - O artigo 2° da Lei n. 6470, de 22 de outubro de 1973, passará a ter a seguinte redação:

Art. 2° - Do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN, 50% (cinquenta por cento) da receita das multas arrecadadas por infração às normas de uso das vias públicas dos municípios serão repassados às respectivas Prefeituras Municipais, no caso delas administrarem a manutenção viária, o sistema de sinalização e programa de educação e segurança no trânsito urbano.

§ 1° -

§ 2° -

§ 3° -

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Ademar Traiano, Antônio Annibelli e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

As discussões e permanentes debates sobre os problemas no trânsito e alternativas para a sua segurança têm apontado, unanimemente para uma necessidade: a educação da população (motoristas e pedestres) para a coexistência nas ruas, estradas, praças e demais vias públicas.

Entretanto e apesar das inúmeras propostas para essa educação, tem esbarrado em obstáculos de diversas ordens. Uns, porque os Estados não podem legislar sobre os currículos de suas escolas sem guardar consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (que se encontra em debate no Congresso Nacional) e outros, porque qualquer programa a ser desenvolvido para educar a população careceria de recursos financeiros consideráveis, cujas fontes não podem ser indicadas prejudicando outras prioridades.

Assim, nasce a idéia de ter na própria receita das multas de trânsito (aplicado aos infratores) os recursos para educação da população, a fim de que ela não se cometa mais infrações.

É a pedagogia da justiça. Não se quer que as pessoas continuem infringindo, sempre e que se tenha dinheiro para manutenção das vias públicas. A esperança é de que as multas tenham um caráter punitivo e

Curitiba, terça, em 08.10.91

nada mais justo que, parte do dinheiro arrecadado com elas seja destinado à educação dessa mesma população para o trânsito.

Quanto será destinado a esse fim é um aspecto regulamentar. É necessário, entretanto, garantir que esses recursos devem servir também para a educação e segurança no trânsito.

(O Projeto retorna à Comissão com discussão encerrada).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 344/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que revoga a Lei n. 9283, de 05 de junho de 1990 e cria o Município de Farol, desmembrado de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 335/91, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da Irmandade da Santa Casa de Londrina- AFISCAL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 95, de 13.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 335/91

PARECER:

Tendo o autor do Projeto de Lei em análise, Deputado José Tavares, satisfeito os requisitos da Lei n° 6994/78, e não havendo qualquer outro impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental para a Declaração de Utilidade Pública da Associação dos Funcionários da Irmandade Santa Casa de Londrina, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 356/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco, Estado do Paraná, o imóvel urbano que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 100, de 20.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 356/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Carlos Simões, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva autorizar o

Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco o imóvel que especifica, para instalação da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta ilustre Casa de Leis, tendo sido devidamente justificado.

Da mesma forma, atende ao dispositivo da Constituição do Estado do Paraná, que em seu art. 10º emuncia:

"Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social".

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental ou constitucional, manifesto-me favoravelmente pela tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 356/91

PARECER:

Da iniciativa do Deputado Carlos Simões, o Plano de Lei em epígrafe objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco o imóvel que especifica, para instalação da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho.

O Projeto de Lei, em seu mérito, não apresenta nenhum óbice à regular tramitação legislativa, o que enseja o seu amplo acolhimento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

RENATO ADUR

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação do Movimento Espiritualista Morimbatá, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 101, de 21.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 367/91

PARECER:

Na qualidade de Relator do Projeto de Lei nº 367/91, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, que pretende ver declarada de Utilidade Pública a Associação do Movimento Espiritualista Morimbatá - A.M.E.M., analisamos a documentação que acompanha a Proposição, constatando que preenche os requisitos da Lei que regula a matéria, ou seja, de nº 6994/78.

Assim sendo, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 396/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública à Associação Dom Bosco de Ensino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 111, de 09.09.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 396/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação Dom Bosco de Ensino, com sede nesta Capital.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais, desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma atende as especificações contidas na Lei nº 6.994, que dispõe sob normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e constitucional, manifesto-me favoravelmente pela tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 403/91, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ibiporã, com sede e foro na Cidade de Ibiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 113, de 11.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 403/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado José Tavares, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ibioporã, com sede e foro na mesma Cidade.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Ainda, com relação às disposições contidas na Lei nº 6.994, o presente projeto está perfeitamente elaborado.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÔ GUIMARAES

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/91, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Emmanuel, com sede e foro na Cidade de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL, da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 113, de 11.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 404/91

PARECER:

O nobre Deputado Eurides Moura, através de iniciativa de sua autoria que leva o nº 404/91, propõe a Declaração de Utilidade Pública do "Centro Espírita Emmanuel", com sede e foro em Bandeirantes, Paraná.

Avaliando a documentação anexa à Proposição constatamos que a mesma está de acordo com o disposto na Lei nº 6994/78, portanto, em condições de ser aprovada por esta Casa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 114, de 12.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 409/91

PARECER:

Autor: Deputado Anibal Khury

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR, com sede e foro nesta Capital.

O Projeto de Lei em exame, é de alta relevância por fazer justiça ao CITPAR, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná e nosso País.

Os documentos acostados, comprovam, por outro lado, que o CITPAR é sociedade civil sem fins lucrativos (art. 1º do Estatuto Social) e os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria não são remunerados pela Sociedade e relevantes. (art. 31º).

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 2609, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2612, 2613, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2611, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2610, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2623, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Não recebido pela Mesa.

O SR. RAFAEL GRECA (Para discutir) - É um absurdo o Orçamento do Estado ter Regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se V.Exa. esperar vai ver que é absurdo mesmo. Deixo de receber o requerimento, o orçamento está situado no capítulo quarto do Regimento Interno, Artigo 203, tem um rito especial. "Recebido o Projeto o Presidente comunica ao Plenário em seguida publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento, durante dez dias a contar da distribuição de avulsos fica na Comissão de Orçamento aguardando a apresentação de

O SR. RAFAEL GRECA - Acrescente-se Senhor Presidente ao rito de votação do Orçamento as nossas homenagens a S.Exa.

Requerimento de nº 2620, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Não recebido pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Deputado Orlando Pessuti solicitando urgência para o Projeto, a Mensagem 81/91. Aliás há dois requerimentos no mesmo sentido, eu não sei o qual que V.Exa. quer?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Um é sobre o orçamento e o outro é sobre o plano plurianual, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esse do orçamento já está engavetado, nós temos aqui sobre a viagem do Governador.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Este tem justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um solicitando urgência para a Mensagem 81/91 que autoriza o Senhor Governador se ausentar do Estado com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, enquanto perdurar o Mercado Comum do Sul. O outro solicitando licença para o dia 19 com o mesmo número.

V.Exa. hoje não está num dia feliz. Indefiro os dois. Também tem rito especial.

Recebido o pedido de licença do Governador do Estado e do vice-Governador para se ausentarem do País por qualquer tempo, do Estado por mais de quinze dias, a Comissão de Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito. É o regime de urgência automática.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço.

Requerimentos de nºs 2624, 2621, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - Não recebidos pela Mesa.

Requerimento de nº 2614, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2615, 2616, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2617, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Os requerimentos de urgência do Deputado Orlando Pessuti, e eu me reservo ao

direito de conversar com S.Exa. a respeito disso após a sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Estes devidamente embasados no regimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Embasados, mas um pouco apressados.

Requerimentos de nºs 2619, 2618, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2644, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2647, de autoria dos Senhores Deputados Colombino Grassano, João Arruda, Erondy Silvério e demais Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa vai manter entendimento com o Diretor para convidá-lo a vir a expor a programação aqui na Casa.

Requerimentos de nºs 2651, 2636 e 2634, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. -Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2638, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2639, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- Encaminhe-se através do Senhor Secretário de Segurança.

Requerimento de nº 2640, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2642, 2643, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2645, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2641, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Nelson Justus, Albino Corazza e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2649, de autoria dos Senhores Deputados Albino Corazza, Cezar Silvestri, Mário Bezerra e demais Senhores Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2648, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, com apoio dos Senhores Deputados Ademar Traiano,

Paulo Maia, Mário Bezerra e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2652, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2653, de autoria do Senhor Deputado Toti Colago, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2657, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2654, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com o apoio do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2605, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constan-

Curitiba, terça, em 08.10.91

te do expediente de sessão anterior.- Retirado pela autora.

Requerimento de nº 2646, de autoria dos Senhores Deputados Costenaro Neto, Nelson Garcia, Duílio Genari e demais Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2656, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 140, 335, 356, 367, 396, 403, 404 e 409/91 e do Projeto de Resolução nº 017/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 088, 097, 166, 182, 206, 253 e 266/91.

Levanta-se a sessão.